

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A INFLUÊNCIA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS RUSSOS NAS SUAS RELAÇÕES
EXTERIORES CONTEMPORÂNEAS COM A EUROPA**

Camila Lumertz Garcia

**PORTO ALEGRE
Novembro/2010**

CAMILA LUMERTZ GARCIA

**A INFLUÊNCIA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS RUSSOS NAS SUAS RELAÇÕES
EXTERIORES CONTEMPORÂNEAS COM A EUROPA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes
Visentini

PORTO ALEGRE
Novembro/2010

*Para minha mãe, exemplo de
determinação e de incansável
luta.*

RESUMO

Este trabalho visa o entendimento da influência dos recursos energéticos russos em sua política externa, de maneira especial com a Europa. Considerando a relevância de tais matérias-primas energéticas – especialmente do gás natural e do petróleo – para o crescimento e desenvolvimento econômico dos países e a distribuição desigual de suas fontes, a hipótese é que a política energética russa seja utilizada como uma ferramenta geopolítica estratégica na concretização de objetivos da sua política externa, de modo especial no que diz respeito à Europa. Isto é, a exportação desses recursos teria uma finalidade na consecução de metas políticas no Sistema Internacional (SI). As ações adotadas pelo então presidente russo Vladimir Putin, as quais teriam fortalecido o Estado nacional, juntamente com a dependência energética europeia, seriam as questões-chave para se entender esse processo de alteração na balança de poder evidenciado entre esses dois atores na última década.

Palavras-Chave: Política Energética; Política Externa; Dependência Energética; Gás Natural; Petróleo; Rússia; Europa.

ABSTRACT

This research aims at understanding the influence of Russian energy resources in its foreign policy, especially with Europe. Considering the relevance of such raw energy - especially natural gas and oil - for growth and economic development of countries and the uneven distribution of its sources, the assumption is that the Russian energy policy is used as a strategic geopolitical tool in achieving goals of its foreign policy, especially with regard to Europe. That is, the export of these resources would have a purpose in achieving political goals in the International System (IS). The actions taken by the Russian president Vladimir Putin, which have strengthened the nation state, along with European energy dependency, would be the key to understand this changing process in the balance of power between these two actors in the last decade.

Keywords: Energy Policy, Foreign Policy, Energy Dependence, Natural Gas, Oil, Russia, Europe.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Participação da Exportação dos Recursos Energéticos Russos no Total das suas Exportações	13
Figura 2 –	Distribuição da Produção de Hidrocarbonetos na Federação Russa em 2008	30
Figura 3 –	Tempo de Utilização dos Gasodutos da UGSS em Porcentagem	32
Figura 4 –	Projeto do Gasoduto “Nord-Stream”	34
Figura 5 –	Projeto do Gasoduto “South Stream”	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Reservas Comprovadas e Prováveis do Grupo Gazprom	29
Tabela 2 –	Dependência e Vulnerabilidade Europeia por País – Petróleo	43
Tabela 3 –	Dependência e Vulnerabilidade Europeia por País – Gás Natural	44

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAR	Grupo Alfa, Indústrias Access e Grupo Renova
AIE	Agência Internacional de Energia
bcm	Billion cubic meters
BP	British Petroleum
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CEU	Council of the European Union
EUA	Estados Unidos da América
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
RI	Relações Internacionais
SI	Sistema Internacional
UE	União Européia
UGSS	Unified Gas Supply System
UNECE	United Nations Economic Commission for Europe
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	NASCIMENTO DO ESTADO NACIONAL RUSSO	11
2.1	O Fim da URSS e a Consolidação do Estado Nacional	11
2.2	O Sentimento Nacional	14
2.3	As Relações Internacionais do Novo Estado	19
3	A POLÍTICA ENERGÉTICA RUSSA	23
3.1	O Papel da Gazprom	24
3.2	Os Hidrocarbonetos	27
3.3	Infraestrutura e a Questão dos Dutos	30
4	RELAÇÕES RUSSO-EUROPEIAS	35
4.1	Dependência Energética Europeia	37
4.2	A Influência da Política Energética Russa na sua Política Externa	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
	ANEXO – Rede de Gasodutos da Rússia	58

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia abordará as questões da política energética na Rússia e de sua política externa – mais especificamente das suas relações com a Europa –, buscando tratar da influência que esta sofre por meio das diretrizes e desdobramentos daquela. O foco da análise serão os governos Putin e Medvedev, ainda que o escopo do trabalho abarque desde o período da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), para que assim possa-se elucidar de maneira mais ampla e completa a real importância e o nível de relevância dos hidrocarbonetos russos na condução das relações internacionais daquele país com o velho continente.

A questão energética apresenta-se como uma temática relevante nos dias atuais à medida que os recursos energéticos, em especial os fósseis (apesar dos diversos intentos de desenvolvimento de formas alternativas de energias renováveis), continuam sendo um dos principais termômetros das economias mundiais. Ademais, como agravante, tem-se a sua desigual distribuição geográfica e, principalmente, a sua concentração em muitas regiões instáveis do planeta, o que gera receios sobre a possibilidade de acesso, desenvolvimento e distribuição de tais recursos quando necessário (UNECE¹, 2007), ou seja, cada país passou a preocupar-se acerca da sua segurança energética. Nesse sentido, o caso russo apresenta-se como ponto essencial, haja vista seu caráter de país produtor, bem como seu desejo de afirmar-se como um dos grandes *price-makers* globais dessas matérias-primas, uma vez que seu território contempla 7% e 26% das reservas mundiais de petróleo e de gás natural, respectivamente (*ibidem*). De outra sorte, no âmbito das relações internacionais regionais russas, a persistente ocorrência de diversos conflitos étnicos, especialmente o caso dos chechenos, traz a reflexão sobre qual o papel do poder econômico e geopolítico estratégico dessa potência – não só regional, mas também mundial – na execução de uma política externa mais assertiva e forte tanto sobre seus vizinhos próximos, quanto sobre as grandes potências, em especial a Europa, tendo em mente seu poder de veto no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e a dependência que

¹ Comissão Econômica para Europa das Nações Unidas, da sigla em inglês United Nations Economic Commission for Europe.

esses países apresentam em relação a essas matérias-primas.

Desse modo, tendo em vista que se trata de um tema instigante e delicado, que suscita opiniões controversas a respeito, este trabalho buscará elucidar, inicialmente, o processo de fortalecimento da Rússia e a possível volta do seu *status* de grande potência mundial, abordando tanto elementos históricos, quanto nacionais e fazendo uma breve análise do novo posicionamento do Estado do Sistema Internacional. Posteriormente, tratar-se-á da sua política energética nacional, a qual tem suas raízes ainda na tese de doutorado de Vladimir Putin, o qual já percebia o grande potencial que o setor energético possuía na consecução de políticas internas e externas, devendo, portanto, conter forte caráter nacional. Além disso, serão analisados a função e o desempenho da Gazprom², dos hidrocarbonetos e da infraestrutura tão necessária à exploração dessa atividade econômica. Por fim, serão abordados os temas das relações exteriores da Rússia com a Europa, especialmente com a União Européia (UE), buscando ilustrar o nível de dependência energética da Europa com a Federação Russa e, finalmente, traçando possíveis relações entre as políticas energética e externa da Rússia em relação ao velho continente, isto é, esta monografia se dispõe a analisar o possível uso estratégico dos hidrocarbonetos russos na geopolítica regional e global.

² Principal estatal e maior empresa da área de energia na Rússia.

2 NASCIMENTO DO ESTADO NACIONAL RUSSO

2.1 O Fim da URSS e a Consolidação do Estado Nacional

O fim do regime soviético na Rússia foi um dos acontecimentos mais impactantes nas Relações Internacionais (RI) contemporâneas. Nesse sentido, a revolução ocorrida na Rússia – ou o que Angelo Segrillo chamou de *Contra-Revolução*, dado que as transformações ocorridas não representavam algo inteiramente novo ou desconhecido, mas sim uma volta ao capitalismo já vigente antes da implantação do regime socialista no país em 1917 (SEGRILLO, 2005) – e que resultou no final da Guerra Fria significou não apenas sua democratização e abertura econômica, mas sim o fim da ordem internacional bipolar e a emergência dos Estados Unidos como potência hegemônica.

A opção russa pela *Perestroika*³ foi a resposta a duas razões básicas apontadas por Mikhail Gorbachev, líder soviético à época: a diminuição do crescimento econômico da URSS; e a ineficiência na produção, na qualidade dos bens produzidos e no desenvolvimento científico e tecnológico russo, bem como no seu uso. Isso ocorreu devido à mudança no paradigma de desenvolvimento industrial que se deu à época da 3ª Revolução Industrial, a qual teria trazido novos desafios à economia soviética, dado que o fordismo – padrão vigente durante as décadas de 1930, 1940, 1950 até meados da década de 1960 – era compatível com o modelo russo de produção (baseado na padronização, na rigidez, nas economias de escala e na planificação ‘pelo alto’ da economia), o que lhe teria rendido altos índices de crescimento econômico até então. Por outro lado, as formas mais flexíveis que foram adotadas posteriormente – como o toyotismo e outras –, as quais teriam seu foco na flexibilidade e na preocupação com a qualidade dos produtos, mostrar-se-iam conflitantes com o padrão soviético, gerando inúmeras contradições advindas das tentativas de adequação de uma à outra (SEGRILLO, 2000).

Com a chegada ao poder do liberal Boris Yeltsin, teve-se a adoção de práticas radicais de abertura econômica, tais como a liberalização total de preços, a flutuação da moeda nacional, o combate ao déficit público e à inflação, além da restrição ao crédito e das privatizações. Muitas dessas medidas são descritas ainda

³ Palavra que, em russo, significa literalmente reestruturação e que se refere ao conjunto de medidas de modernização da economia russa adotado em meados da década de 1980.

hoje como causa da instabilidade econômica que se instaurou no país no momento subsequente à abertura, isto é, como a origem do aumento do desemprego, da corrupção e da concentração de renda – devido à falta de controle sobre o processo de privatizações, que favoreceu uma pequena classe de especuladores (os chamados *novos russos*) –, além da queda do nível de vida da população e da degradação dos serviços públicos. Passada essa fase inicial e, conforme cita Reis (2007, p.56) “superada a crença nas virtudes miraculosas da terapia de choque liberal”, a Rússia voltou a estabilizar-se num processo lento e gradual que perdurou quase até o final da década de 1990, quando sofreu um duro golpe em 1998 com a crise financeira que se instaurou no país e que foi agravada pela multiplicação de ações terroristas na região do Cáucaso, em especial na Chechênia.

Tal situação só foi contornada por Vladimir Putin, então primeiro ministro russo, que acabou por suscitar a aprovação da sociedade russa, o que fez com que ele ganhasse maior destaque e visibilidade política e que culminou com sua eleição presidencial em 2000 – já que sua popularidade passou de apenas 2% em agosto de 1999 para 58% em janeiro do ano seguinte (TSYNGANKOV, 2006). Assim, na chamada Era Putin, por sua vez, tem-se a volta da intervenção estatal, favorecida pelo incremento da capacidade de arrecadação de impostos, bem como pelo controle por parte do Estado sobre milícias e empresas privadas. De modo mais específico, um dos objetivos declarados do governo russo passou a ser a reafirmação do controle sobre áreas econômicas consideradas de importância estratégica – entre elas obviamente estava o setor energético. Dessa forma, ainda nos primeiros anos da presidência de Putin, a onda de liberalização econômica iniciada no período Yeltsin já havia sido revertida (JANE’S, 2009). A primeira empresa a sofrer nacionalização foi a companhia de petróleo Yukos, a qual, após uma reavaliação fiscal, foi declarada como devedora de US\$ 27 bilhões em impostos. Dada a impossibilidade de a empresa sanar seus débitos, suas ações foram congeladas e, posteriormente, vendidas a baixos preços para companhias petrolíferas estatais, além de que seu administrador, Mikhail Khodorkovsky, foi condenado e preso. Outros casos envolvendo diferentes companhias de petróleo também sofreram algum tipo de restrição de suas atividades, como a alemã Shell, que teve de passar o controle do campo de petróleo e gás Sakhalin-2 para a Gazprom após ter sua licença ambiental revogada pelo governo; ou a BP-TNK (empresa controlada pela British Petroleum e pelo consórcio AAR – Grupo Alfa,

Indústrias Access e Grupo Renova), que vendeu sua participação no campo de gás Kovytká após sofrer ameaças de ter sua licença ambiental também revogada (JANE'S, 2009).

Com base nisso, tem-se, com Putin, uma reorganização da economia russa, mais fortemente baseada na exportação de recursos energéticos e estrategicamente orientada para o desenvolvimento, crescimento e estabilização do país. Para tanto, Putin mesclou as potencialidades e a infraestrutura advindas ainda do período soviético com novas perspectivas econômicas mundiais – baseadas especialmente no aumento do consumo de matérias-primas energéticas. Nesse contexto, a alta dos preços internacionais do gás e do petróleo a partir dos anos 2000 e o posterior aumento das suas exportações favoreceram a recuperação econômica do país (ADAM, 2009). Os ganhos com as exportações de petróleo, gás e produtos refinados de petróleo cresceram de US\$ 28 bilhões em 1998 – período de crise na Rússia – para incríveis US\$ 217 bilhões em 2007, além de que sua participação no total das exportações passou de 37% em 1998 para 61% em 2007, chegando ao pico de 63% em 2006 (OLIKER, 2009).

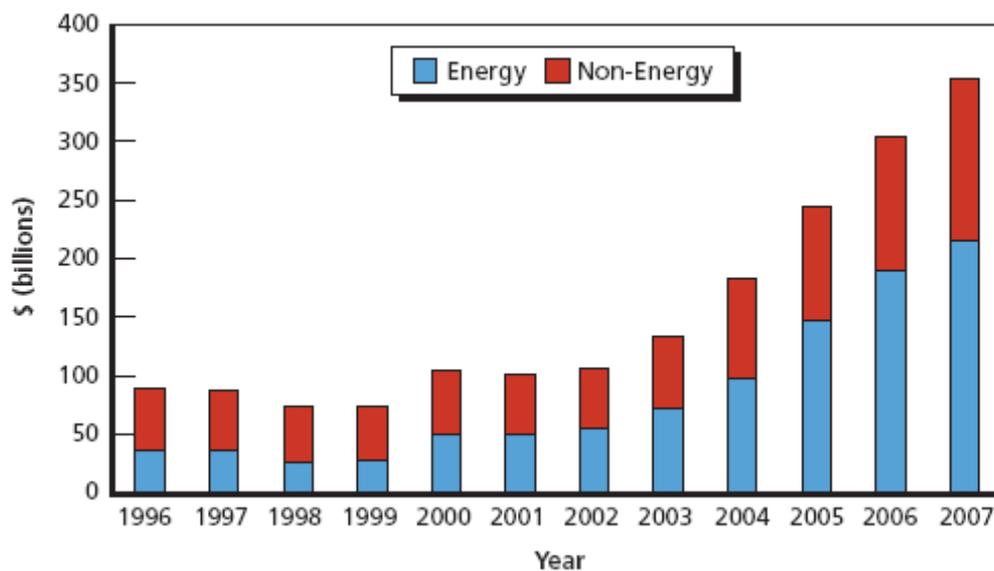


Figura 1 – Participação da Exportação dos Recursos Energéticos Russos no Total das suas Exportações.

Fonte: OLIKER, 2009, p. 48; Dados: Banco Central Russo.

De acordo com o autor, contudo, o forte crescimento da economia russa, especialmente na última década, não pode ser creditado a esse setor, uma vez que

a grande parte das receitas com gás e petróleo foi colocada em um fundo de estabilização econômica (o qual servirá de reserva para um futuro onde os preços dos hidrocarbonetos declinem), não sendo, portanto, o elemento balizador do crescimento econômico do país (OLIKER, 2009). Além do mais, outros setores da economia russa também apresentarem crescimentos significativos, tais como construção civil, as indústrias química e mecânica, entre outros, devendo ser considerados no processo geral de reestruturação econômica. Apesar disso, não se pode desmerecer a relevância que esses produtos têm na estabilização e no fortalecimento da economia nacional, pois ainda que uma porcentagem de seu orçamento seja destinada ao fundo, o restante contribui para o crescimento econômico russo. Ademais, dada a natureza e a destinação deste fundo, pode-se caracterizá-lo como uma garantia econômica para o futuro – o que, em certa medida, também favorece o estabelecimento de uma nação poderosa e economicamente estável no longo prazo.

2.2 O Sentimento Nacional

A Rússia, ao longo da última década, tem passado por um inegável e relevante processo de fortalecimento da sua posição internacional perante o resto do mundo, postura essa que tem modificado as estruturas das Relações Internacionais, uma vez que o país estaria em vias de ser reconhecido novamente como uma potência mundial à semelhança do que foi a URSS. Ao se analisar tal processo mais detidamente, entretanto, nota-se que este é, em grande parte, um resultado de medidas internas adotadas desde o ano 2000, com a chegada de Putin à presidência, já que elas favoreceram (e, pode-se dizer, continuam favorecendo, uma vez que Putin continua a fazer parte do governo com o cargo de primeiro ministro russo, e que Dmitri Medvedev – atual presidente russo – foi o candidato apoiado por Putin) a centralização e a consolidação política do país. Nesse contexto, a promoção do sentimento nacional e do orgulho identitário russo tem desempenhado papel fundamental na formação de um Estado forte e de um governo legítimo, o que tem refletido no aumento da capacidade de atuação externa do país.

Sentimento nacional, de maneira mais ampla, é a capacidade do indivíduo sentir-se parte de uma nação ou, no âmbito político da palavra, de um Estado

nacional. Tal sensação geralmente está associada à questão da identidade de um país, de forma que seus habitantes se reconheçam não apenas como indivíduos com hábitos e tradições semelhantes – ainda mais tendo em vista a não rara existência de países onde há uma pluralidade de culturas coexistindo dentro de um mesmo território –, mas também como parte de sua estrutura organizacional e social. Isso porque a nação seria uma comunidade imaginada, a qual teria sua base na pré-existência de elementos culturais comuns, criada desde a formação dos primeiros Estados modernos pela classe dominante com vistas ao nascimento de uma sociedade compatível com seu Estado e território, respectivamente (ROJO *apud.* ADAM, 2008). A relevância das identidades reside no seu poder de impulsionar a dinâmica social, pois, conforme salientou Alexander Wendt (1999), a identidade pode ser vista como um agente criador de dispositivos motivacionais e comportamentais. Assim, ao fomentar a questão do orgulho nacional e o sentido de identidade do povo russo, o que se buscou foi a integração da sua sociedade de modo que seu comportamento favorecesse a legitimidade do poder estatal, fortalecendo-o.

De maneira subjetiva, a identidade baseia-se nos auto-entendimentos que um ator tem de si mesmo. Deve-se considerar, contudo, que o significado desses entendimentos depende também de outros agentes, de modo que a identidade passa a contar também com um nível intersubjetivo ou sistêmico (WENDT, 1999), pois possui um caráter relacional do “eu” com o “outro”. Isto é, a identidade possui tanto uma estrutura interna de auto-entendimento, quanto uma externa, que representa a compreensão do outro – ou dos outros – sobre si mesmo. Nesse sentido, para se alcançar o *status* de potência mundial, por exemplo, não bastaria que apenas a população de um país o visse como tal, mas também que outros Estados também o encarassem dessa forma.

Existem quatro diferentes classes de identidade que os Estados podem conter simultaneamente: (i) identidade pessoal; (ii) identidade tipo; (iii) identidade papel/função; e (iv) identidade coletiva. A primeira (i) diz respeito às estruturas que fazem dos atores diferentes entidades, ou seja, Estados seriam organismos com características próprias que o definem como tal, possuindo como base material sua população e seu território. Ela é caracterizada pela consciência do “eu” como um *locus* separado de pensamento e de atividade, não sendo, portanto, uma identidade social. Já a segunda, a identidade tipo (ii), possui forte caráter social, estando ligada

ao compartilhamento de determinadas características como aparência, valores, idioma, experiências, passado comum, entre outras por diferentes atores. A identidade papel/função (iii), por sua vez, só existe dentro de certa ordem social, não existindo por conta própria, e determina regras de comportamento em relação ao outro. Assim, de acordo com essa identidade, uma potência regional só pode ser considerada dessa forma se não existir outro país da sua região que apresente as mesmas condições de liderança; caso contrário, esta sua função ficaria descaracterizada. Por fim, a identidade coletiva (iv) é aquela que une dois atores em uma mesma identidade através de características comuns, o que tende a originar uma relação altruística entre eles. Diverge da identidade tipo (ii), contudo, pois a identidade coletiva não diz respeito a propriedades intrínsecas dos agentes (WENDT, 1999).

Estas identidades trazem consigo interesses, ainda que não possam ser reduzidas a eles. Isto é, toda identidade implica interesses inerentes a sua condição, pois “um ator não pode saber o que quer até que saiba o que é” (WENDT, 1999, p. 231). Dessa maneira, percebe-se que é através dos interesses que as identidades são capazes de promover ação, pois é deles que advém sua motivação

Com base nisso, percebe-se que os Estados são atores cujo comportamento é motivado por uma grande variedade de interesses enraizados em suas diferentes identidades, os quais também divergem de Estado para Estado dadas as influências históricas e culturais que estes sofrem. Ainda assim, considerando as propriedades essenciais comuns dos países, as quais são oriundas da sua identidade pessoal, estes apresentam interesses gerais, que são passíveis de serem generalizados – os interesses nacionais (WENDT, 1999). O cerne da lógica construtivista, entretanto, afirma que as estruturas do sistema internacional moldam os interesses e as ações dos Estados nacionais, o que os tornaria impassíveis de generalizações. O que se denomina de “interesses nacionais”, contudo são aqueles interesses que por mais que sofram influência das demais identidades do Estado (tipo, papel/função e coletiva), as quais são sociais e, portanto, apresentam ingerência do “outro” e do sistema internacional, permanecem constrangidos pela natureza própria dos Estados. Assim, conforme afirma Wendt (1999), podem-se elencar quatro interesses nacionais: sobrevivência física, que está ligada aos indivíduos que formam o complexo Estado-sociedade (dispositivo no qual nenhum cidadão individualmente é essencial para a nação, mas o seu coletivo sim); autonomia, que é a capacidade do

complexo Estado-sociedade de alocar seus recursos e eleger seu governo da forma que melhor entender; bem-estar econômico, que se refere à manutenção do modo de produção vigente no país (e aqui o autor faz o alerta de que não se pode pensar que o bem-estar econômico seria representado pelo crescimento econômico, uma vez que esta é uma meta apenas de economias capitalistas); e auto-estima coletiva, que é a necessidade dos indivíduos sentirem-se respeitados e com seu *status* devidamente reconhecido.

Este último interesse nacional, que é o que diferencia a teoria de Wendt da teoria de Keohane, é a peça chave para se entender muitas das ações do governo russo na última década. Dado o sentimento de humilhação da nação russa com o fim da URSS e com a desestabilização econômica sofrida na década posterior, ou seja, dado que “a relação bilateral entre a UE e a Rússia era entendida em termos de superioridade europeia – superioridade política, econômica e até superioridade moral” (ALMEIDA, 2008, p. 19), a Rússia passou a buscar meios de reerguer seu orgulho e a crença na grandiosidade de sua nação. Dentre as ações implementadas, o uso da propaganda política (e o renascimento do nacionalismo russo que advém dela) desempenha papel determinante na evolução desse processo político.

A propaganda política é muito mais ampla que as propagandas eleitoral e governamental, pois não se restringe apenas à conquista de votos, como a primeira; nem preocupa-se somente com a imagem de um governo específico, como o caso da última. Dessa maneira, ela “tem um caráter mais permanente e o objetivo de difundir ideologias políticas, programas e filosofias partidárias” (MUNIZ, 2004 p.5), podendo ser considerada, portanto, mais ampla e suprapartidária que as demais (no sentido em que transpassa a linha dos partidos políticos, transformando a propaganda em uma questão de Estado). Assim, tem-se que a estratégia de união nacional em torno do Estado russo iniciada por Putin, ainda que muito associada a uma forte imagem pessoal do presidente, baseia-se em estratégias de propaganda política, uma vez que ultrapassa o campo dos governos, tendo seu foco na formação da Rússia como país forte e respeitado globalmente. Obviamente, seria altamente ingênuo e tendencioso afirmar que tais atitudes não representam interesses políticos pessoais e partidários. O que se quer dizer, contudo, é que além de aumentar sua margem de manobra através de medidas centralizadoras – muitas vezes descritas como autoritárias pela imprensa internacional –, Putin ocupou-se também em

promover o desenvolvimento Estado, buscando aumentar a confiança da população no aparato burocrático-estatal.

Para tanto, foram adotadas ações que variavam desde a celebração oficial de datas relevantes ao orgulho nacional russo e que já estavam esquecidas pela sociedade – tal como a comemoração do sexagésimo quinto aniversário da sua vitória sobre a Alemanha nazista em maio deste ano⁴ –, até a prisão e expatriação de alguns *novos russos* (conforme já explicado anteriormente, classe de especuladores e rentistas corruptos que enriqueceram através de processos escusos de privatização ocorridos na década de 1990, sob a égide do governo Yeltsin), as quais eram amplamente divulgadas pela mídia russa, favorecendo a ideia de “moralização da política doméstica”, passando por discursos oficiais dominados pela linguagem nacionalista (ALMEIDA, 2008). Deve-se atentar, contudo, que as atitudes nacionalistas mais marcantes do governo Putin dizem respeito à consecução de uma política amplamente difundida contra o terrorismo checheno (REIS, 2008), o qual é fruto de um extremismo por parte de ativistas que buscam transformar a Chechênia em uma região independente da Rússia desde o fim da União Soviética. Nesse sentido, práticas terroristas ocorridas em território russo e mundialmente televisionadas – como a invasão de uma escola em Beslan por tais terroristas em setembro de 2004, que resultou na morte de mais de 330 reféns, em sua maioria crianças⁵ – provocaram a comoção nacional, gerando um ambiente favorável à disseminação da propaganda política, uma vez que uniram sociedade e Estado em prol de uma causa comum e deram maior legitimidade às ações do governo na busca por esse objetivo (à semelhança do que ocorreu com os atentados de 11 de setembro em Nova Iorque, os quais legitimaram as ações norte-americanas no Afeganistão perante a sociedade estadunidense).

⁴ Rússia investe R\$7 milhões para celebrar 65 anos de vitória sobre nazistas. In: *Folha Online*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u729887.shtml>>. Acesso em: 15/05/2010.

⁵ Rússia conde à perpétua terrorista sobrevivente de Beslan. In: *Folha Online*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u96310.shtml>>. Acesso em 15/05/2010.

2.3 As Relações Internacionais do Novo Estado

Tendo em vista a busca pelo fortalecimento do Estado russo como um todo – isto é, do crescimento econômico advindo da exportação dos hidrocarbonetos, juntamente com o favorecimento do nacionalismo russo e a consequente centralização política e reorganização burocrática –, a Rússia passou a adotar uma nova forma de agir no Sistema Internacional. Isso se deu, conforme já demonstrado, desde o início do governo Putin, mas, de modo especial, durante o seu segundo mandato (ALMEIDA, 2008; LO, 2006). Na visão do ex-presidente russo, o Ocidente é considerado um parceiro importante, o qual possui interesses convergentes com sua nação, devendo ser visto, contudo, de maneira pragmática, já que “trabalhar com o Ocidente em assuntos comuns não significa permitir-lhe ditar os termos do pacto” (LO, 2006, p. 59). Com isso, as relações russo-ocidentais apresentam-se como competitivas, mas não antagônicas, já que a Rússia não almeja dominar o mundo, nem seus líderes sonham em restaurar a União Soviética. Eles planejam reconstruir o país de modo a se tornar uma grande potência moderna com alcance global (TRENIN, 2007), cujo caráter seria baseado justamente:

...na premissa de que o poder real no mundo pós-moderno do século XXI é multidimensional. [Assim,] a Rússia não deve ser forte apenas no sentido político-militar tradicional, mas também economicamente próspera, tecnologicamente avançada, culturalmente influente e possuidora de autoridade moral. (LO, 2006, p. 59)

Assim, a política externa do governo Putin pode ser sintetizada em cinco pontos principais, os quais nortearam toda a sua administração. São eles: geopolítica, economização, nacionalismo, normalização e pragmatismo (LO, 2006). O primeiro diz respeito à visão estratégica das Relações Internacionais e às investidas russas em voltar a ser uma grande potência, uma vez que o Sistema Internacional seria um ambiente anárquico, com os países competindo em um jogo de soma zero. Já a economização é um princípio adotado especialmente com Putin, pois a força econômica é vista por ele como uma das suas principais estratégias para a Rússia voltar a ser uma potência (ADAM, 2009). Diferentemente do que se pensa, a economização “longe de ser incompatível com a geopolítica, é ela quem lhe dá dentes” (LO, 2006, p. 64), ou seja, é a capacidade econômica que fornece as

ferramentas necessárias à efetivação de metas políticas. O nacionalismo – já abordado na seção anterior – enfatiza o orgulho das realizações da nação, buscando suplantar o sentimento de inferioridade experienciado pelos russos após o fim da Guerra Fria. A normalização, por sua vez, trata do comprometimento com a cooperação com os demais Estados – grandes ou pequenos –, mas sempre negando a ingerência de outras nações em seus assuntos internos. Por fim, o pragmatismo refere-se ao estabelecimento de uma correlação entre objetivos, de um lado, e meios e capacidades de atingi-los, de outro.

De maneira específica em relação à Europa, a visão russa pode ser resumida na seguinte frase: “A Rússia não pertence ao Ocidente, mas é um país europeu.” (ALMEIDA, 2008, p. 20). A seguinte afirmação traz consigo pelo menos duas implicações, quais sejam (i) a diferenciação entre a nova Rússia e o que foi a URSS, já que agora ela se vê como parte integrante da Europa, e (ii) o novo Estado russo propõe uma nova opção de Europa – alternativa à UE –, isto é, propõe um continente hierarquizado, com países autônomos e sem uma ordem jurídica supranacional. Dessa forma, ela teria melhores condições de se relacionar com cada um dos países europeus de modo equânime (pois todos são europeus), mas aproveitando-se da fragilidade dos Estados menores, já que a Rússia, sendo mais poderosa, estaria hierarquicamente acima deles (LO, 2006).

Para exemplificar esse novo posicionamento russo, mais assertivo no Sistema Internacional, alguns acontecimentos podem ser elencados, tais como os alargamentos da UE em 2004 e em 2007, a Revolução Laranja na Ucrânia em 2004, a crise energética de 2006 e a Guerra da Rússia com a Geórgia em 2008. Todos eles representaram uma oposição russa à invasão ocidental na sua área de influência e à possibilidade de desestabilização de governos pró-Rússia, como a Bielorrússia (*ibid.*).

As ampliações da UE de 2004 e de 2007, as quais consistiram na entrada de dez novos Estados no primeiro momento e mais dois no segundo, foram movimentos com duplo efeito negativo sobre a Rússia, haja vista que os três países bálticos – Estônia, Letônia e Lituânia –, juntamente com outras seis nações do antigo Pacto de Varsóvia (Eslováquia, Hungria, Polônia e República Tcheca em 2004; e Bulgária e Romênia em 2007)⁶, isto é, países historicamente reconhecidos como pertencentes

⁶ UNIÃO EUROPEIA – SITE OFICIAL. Disponível em: <http://europa.eu/index_pt.htm>. Acesso em: 12/08/2010.

à área de influência russa, passaram a integrar o mais evoluído bloco econômico do mundo. O primeiro efeito negativo diz respeito ao controle e dificuldade de exportação para os mercados desses países, nos quais os russos possuíam certos privilégios ainda advindos do período soviético. O segundo efeito, por sua vez, trata-se do fim da livre circulação de pessoas de cidadania russa por esses territórios – também herança da antiga URSS (ALMEIDA, 2008). Além disso, a entrada desses países na UE é vista como uma ameaça estratégica à geopolítica da região, já que, para o Kremlin, “o alargamento deu-se devido à fraqueza da Rússia e não como resultado de uma convergência de interesses, que nunca existiu” (ALMEIDA, 2007). Da mesma maneira, a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o leste europeu em 2002 e a atual possibilidade de entrada de novos Estados membros – Geórgia e Ucrânia – também é encarada como um afronte à Rússia (MANKOFF, 2007; TRENIN, 2007).

Já a Revolução Laranja, que ocorreu na Ucrânia em 2004, foi uma resposta da população ucraniana às perceptíveis fraudes ocorridas nas suas eleições presidenciais daquele ano. Nelas, o candidato Viktor Yushchenko (que defendia o estreitamento de laços do seu país com as potências ocidentais e, conseqüentemente, apoiado por elas) perdeu o segundo turno do pleito para Viktor Yanukovich – que sustentava uma maior aproximação da Ucrânia com a Rússia – por uma diferença de apenas 2,9 pontos percentuais, resultado reconhecido apenas pela nação russa (ADAM, 2008). A problemática, contudo, ficou por conta dos fortes indícios de irregularidades ocorridos em localidades pró-Yanukovich, onde o índice de abstenção foi muito menor no segundo turno, o que garantiu a vitória do candidato apoiado pela Rússia (ORTEGA, 2009). Certa da ocorrência de fraude eleitoral e incitada pelas potências ocidentais – que deslocaram políticos influentes para a região – a população ucraniana saiu às ruas e organizou protestos a favor da anulação das eleições, demanda que foi atendida após treze dias de manifestações. A nova votação, elaborada ainda em dezembro de 2004, consagrou Yushchenko como novo presidente da Ucrânia com 51,8% dos votos em detrimento dos 44,1% de Yanukovich (ADAM, 2008).

A crise energética de 2006, por sua vez, diz respeito ao corte no fornecimento de gás russo para a Ucrânia em 1º de janeiro daquele ano e que resultou na

restrição do abastecimento de gás para a Europa, já que a aquele país representa a principal rota dos gasodutos que ligam a Rússia à UE (STERN, 2006; MITROVA 2008). Tal atitude foi uma tentativa russa de forçar o país vizinho a aceitar a elevação dos valores pagos pelo seu gás natural, já que estes gozam de preços subsidiados a mais de 15 anos, mesmo após a dissolução da URSS. Além disso, ela é encarada também como resposta ao processo de ocidentalização ucraniano, uma vez que este país é considerado pelas autoridades russas como uma região economicamente estratégica para a execução e ampliação da sua política energética em direção à Europa Ocidental (MITROVA, 2008).

Por fim, a Guerra com a Geórgia trata-se do conflito armado resultante da tentativa de independência da província da Ossétia do Sul (apoiada pela Rússia) do território da Geórgia. O confronto durou um mês e representou uma grave crise nas relações entre a Federação Russa e a UE, a qual permaneceu no lado georgiano. Sua relevância na análise da política externa russa reside na postura da grande nação eslava que, a pretexto de resguardar a população russa da região, respondeu ofensivamente à invasão da Geórgia à Ossétia do Sul, chegando a adentrar o território georgiano (ALMEIDA, 2007). Com isso, a Rússia passou a demonstrar às potências ocidentais, em especial aos Estados Unidos (EUA), que não permaneceria inerte frente as suas tentativas de interferência em sua área de influência, impondo uma espécie de barreira moral e impedindo-os de adentrar mais afirmativamente na região.

O que se pode depreender da análise dos quatro casos acima descritos é o posicionamento assertivo da Rússia em todas as situações que envolviam algum de seus interesses. Nesse sentido, em oposição à postura de resignação e de fraqueza russa frente a acontecimentos internacionais relevantes durante a década de 1990 – auto-imagem percebida pelas suas próprias elites nacionais – adota-se “a opção estratégica, feita durante as presidências de Putin, de que o confronto com o Ocidente seria o caminho para a Rússia recuperar o seu estatuto de grande potência europeia e mundial” (ALMEIDA, 2008, p. 25). Assim, após a chegada de Putin ao poder, o que se verifica na Rússia é a escolha de uma política externa de reafirmação do Sistema Internacional, onde há uma reavaliação das posições ocupadas pelos Estados na hierarquia do sistema e na qual a Rússia é vista como uma potência mundial moderna, a qual deve manter sua identidade, sua independência soberana e sua liberdade de ação (LO, 2006).

3 A POLÍTICA ENERGÉTICA RUSSA

Ainda que as exportações de petróleo e gás russos para a Europa sejam práticas recorrentes desde as décadas de 1960 e 1970, respectivamente, foi apenas a partir da última década que este setor passou a ser encarado como o carro-chefe da economia russa. Tal atitude está intimamente ligada ao reconhecimento desses produtos, por parte do ex-presidente russo, Vladimir Putin, como pertencentes a uma área estratégica para o desenvolvimento econômico e fortalecimento político da Rússia no Sistema Internacional. Nesse contexto, a partir de seu governo, verifica-se a adoção das medidas propostas em sua própria tese de doutorado⁷, na qual os recursos minerais russos são vistos como o elemento-chave no desenvolvimento da economia do país (PUTIN, 2006). Ou seja, é a partir desse momento que se desenvolvem políticas que unem teoria e prática em prol do renascimento e desenvolvimento do Estado russo.

A política energética russa para o gás natural e para o petróleo tem-se baseado no importante papel que o país representa como “ponte energética” entre os mercados europeu e asiático – o que é caracterizado tanto pelo seu próprio fornecimento de recursos naturais à Europa, quanto pela sua ação de facilitador no transporte nos recursos de um mercado a outro, já que o governo detém os principais gasodutos e oleodutos da região. Conforme já apontava Putin (2006), a relevância desses recursos reside principalmente na sua contribuição para as receitas do governo, sendo sua maior fonte de moeda estrangeira. Além disso, eles provêm estabilidade social, uma vez que eleva o nível de bem-estar da população e diminui as tensões internas através dos reflexos sociais experienciados por seus habitantes, advindos do crescimento econômico. Assim, através do aprofundamento da sua inserção na economia global, o governo ganha maior legitimidade e vê seu poder de atuação aumentado tanto na esfera doméstica, quanto no âmbito estrangeiro (política externa).

Com base nisso, a política energética do Estado russo tem-se fundamentado na promoção das exportações de hidrocarbonetos, bem como na busca pelo controle nacional dessa área estratégica da economia do país. Assim, “desde seu

⁷ Tese intitulada “Os Recursos Naturais Minerais na Estratégia para o Desenvolvimento da Economia Russa”, defendida em 1997, e que se encontra publicamente indisponível desde pelo menos agosto de 1999 – mês em que Putin se tornou primeiro ministro russo.

primeiro mandato, Putin deixou claro que as concessões quanto à exploração do petróleo e do gás natural russo seriam prioritariamente fornecidas às empresas estatais” (ADAM, 2009, p. 14). Além disso, o aumento do controle estatal foi empregado tanto por meio da nacionalização de empresas do setor, como o caso Yukos, quanto pelo fortalecimento de companhias estatais de energia existentes, na intenção de transformá-las em grandes conglomerados financeiro-industriais capazes de competir internacionalmente com outras organizações estrangeiras ocidentais – como é o caso da Gazprom⁸. Cabe ressaltar que, ainda que a livre interação das forças de mercado na Federação Russa seja algo ainda constrangido por medidas regulatórias governamentais e pela imposição de limites sobre propriedade/controlado externos dos ativos energéticos, o setor energético russo admite certa intervenção da propriedade privada, pois vê este campo como uma importante fonte de investimentos – inclusive externo.

Durante o governo de Dmitri Medvedev, por sua vez, tem-se o aprofundamento do papel crucial exercido pela Gazprom e pelos recursos energéticos russos na economia nacional, ainda que alguns discursos proferidos pelo atual presidente apontem para certa inconformidade deste perante o *status* russo de exportador de matérias-primas e, conseqüentemente, para uma possível mudança na estratégia econômica. Nesse sentido, Medvedev acredita que, para continuar crescendo e se desenvolvendo, a Rússia não deve confiar seu destino apenas à exportação de *commodities*, mas sim passar a investir em recursos intelectuais e exportar novas tecnologias e produtos inovadores, já que:

...vinte anos de mudanças tumultuosas não poupou nosso país da humilhante dependência de matérias-primas... [de modo que], como resultado, a influência russa nos processos econômicos globais não é tão expressiva como gostaríamos. (MEDVEDEV, 2009, p. 2-3).

3.1 O Papel da Gazprom

Conforme consta em seu site oficial, a Gazprom é uma das maiores companhias de energia do mundo, cujas funções abrangem desde a exploração até a venda de hidrocarbonetos – passando também pela sua produção, transporte,

⁸ Gazprom é a principal estatal da área da energia, a qual será mais bem descrita na próxima seção.

armazenagem e processamento⁹. Ademais, ela é responsável pela geração e comercialização de gás para aquecedores e de energia elétrica, abarcando o posto de maior estatal russa e de maior companhia mundial de gás natural.

Imediatamente após o colapso da URSS, a Gazprom foi a principal ferramenta russa para influenciar seus vizinhos próximos, dada a dependência de tais países em relação ao gás advindo da Rússia. A estratégia de ocidentalização e de abertura adotada pelo governo Yeltsin, entretanto, fez da Gazprom um dos principais alvos da liberalização econômica empreendida na década de 1990, o que a levou para as mãos da iniciativa privada e a tornou sinônimo de corrupção, nepotismo e má administração. Com a chegada de Putin ao poder e seu objetivo de nacionalizar o setor energético russo, sua meta passou a ser a retomada do controle majoritário dessa empresa (já que ela possuía as principais reservas de gás natural do país, sendo sua maior produtora), fato que só foi conseguido em 2005, quando esta se tornou estatal, uma vez que 51% das suas ações passaram a ser detidas pelo governo (ADAM, 2009). Assim, foi implementada uma ‘limpeza’ administrativa na estrutura institucional da Gazprom, juntamente com um programa de investimento de novos recursos – o que possibilitou seu crescimento, de forma que, atualmente, ela já desponta como uma das maiores do mundo em sua área.

Nos últimos anos, a estratégia de crescimento da Gazprom tem sido marcada pela busca por uma maior inserção no mercado externo – especialmente através do gás natural –, o que determinaria uma transição de uma política de “Grandes Gasodutos” para uma política de “Grandes Negócios” (MITROVA, 2008). Tal mudança seria consequência do aumento dos preços do petróleo, da emergência de novos mercados e da adoção de um novo marco regulatório europeu – mais propício ao uso do gás natural. Além disso, suas diretrizes estariam focadas na diversificação de compradores – com especial atenção para os países asiáticos da costa do Pacífico e não apenas para os Estados europeus (parceiros tradicionais); na valorização dos lucros em detrimento dos volumes exportados; na exploração de fontes (importação) de gás da Ásia Central, no intuito de possuir o controle sobre a produção daquela região e impedir a sua venda direta ao lucrativo mercado europeu; e na integração das empresas russas ao mercado mundial, em especial na participação da produção de gás em outras regiões do mundo – o que vem sendo

⁹ GAZPROM – SITE OFICIAL. Disponível em: <<http://www.gazprom.com>>. Acesso em: 15/05/2010.

realizado desde 2000 na Índia e no Vietnã, e desde 2005 na Venezuela e nos países do norte da África e do Oriente Médio.

Considerando seu caráter estatal e o seu relevante papel no mercado global de gás natural – posição assegurada pelo fato de esta ser detentora de pouco mais de 60% das reservas conhecidas de gás natural russo (e de 17% das reservas mundiais), ser responsável pela produção de 85% do gás naquele país (e de 20% do gás mundial), possuir a totalidade dos sistemas de distribuição de gás da Rússia e ser única empresa nacional no direito de exportar tal recurso energético (POUSSENKOVA, 2009) – a Gazprom é reconhecida por diversas vezes como uma companhia cujas ações são orientadas como uma questão de Estado, isto é, através da qual o governo russo agiria para atingir objetivos políticos ainda que estes pudessem não ser os mais rentáveis. De acordo com MITROVA (2008, p.6), contudo, deve-se ter em mente que “a Gazprom, ainda que estatal, é uma organização comercial, que deve justificar sua estratégia e atividades aos seus acionistas, os quais são atores governamentais e não-governamentais”. Nesse sentido, alguns autores, como Trenin (2007), chegam a afirmar que isso é fruto de um processo de completa economização da sociedade russa, na qual a principal mudança em relação ao período soviético é a perda da sua carga ideológica e geopolítica em favor de uma lógica focada apenas em interesses financeiros. Entretanto, ao se comparar tal declaração com as medidas de nacionalização adotadas no setor energético russo desde o início do governo Putin – inclusive a estatização da Gazprom –, o que se percebe é uma inadequação dessa teoria com a realidade, já que o que se tem verificado na Rússia da última década é sim a busca de crescimento econômico e fortalecimento financeiro, mas com a finalidade última de estes serem fonte de poder político e estatal.

Um exemplo da utilização da Gazprom como meio de aumentar o poder do Estado refere-se à influência que a empresa exerce sobre produtores independentes russos através da posse do sistema de distribuição de gás. Desse modo, tais produtores, ainda que possam atuar “livremente” no mercado interno, vêm suas práticas comerciais restringidas pela impossibilidade de utilização dos gasodutos existentes quando aquela assim o desejar (POUSSENKOVA, 2009). Pela ótica da estatal russa, entretanto, tal impedimento só se verifica em três casos: quando não há capacidade disponível nos gasodutos; quando o gás não atende a especificações e níveis de qualidade pré-determinados; ou quando o próprio produtor independente

não apresenta capacidade de canalizar seu gás de modo a interligá-lo com o sistema preexistente¹⁰. Esta situação demonstra que, ainda que mascarada, a Gazprom possui meios de atuar em toda a rede de gás russo, inclusive de influenciar os produtores independentes, uma vez que detém a autoridade de restringir a entrega de seu produto através de pretextos de falta de capacidade disponível no momento desejado.

3.2 Os Hidrocarbonetos

Considerando o atual nível de preços e de tecnologia do setor energético global, estima-se que as reservas convencionais de gás e petróleo sejam suficientes para acompanhar a crescente demanda mundial pelos próximos 40 anos. Ademais, estima-se que existam outras reservas ainda não contabilizadas e/ou ainda não estudadas suficientemente, as quais possuem grandes incertezas acerca de suas possibilidades e potencialidades – caso do pré-sal brasileiro, por exemplo. A questão a ser observada, contudo, é que a má distribuição dos hidrocarbonetos pelo globo – onde 2/3 (dois terços) do petróleo encontra-se no Oriente Médio e somente Rússia e Irã detem juntos 40% das reservas de gás conhecidas –, bem como a instabilidade social de tais regiões tornam mais difícil o seu acesso por parte das grandes empresas do setor, inclusive as europeias. Com base nisso, estima-se que por volta de 75% das reservas de hidrocarbonetos estejam fora do alcance de tais organizações, o que, segundo a UNECE (2007), teria como consequência a queda nos investimentos na própria cadeia produtiva do petróleo e do gás natural, bem como o aumento da vulnerabilidade energética de países sem acesso a elas.

Além disso, dadas as características dos mercados desses hidrocarbonetos, os quais requerem grandes somas de recursos investidos, o setor tende a contar com poucos e grandes conglomerados financeiro-industriais, muitos dos quais possuem caráter estatal. Nesse quesito, as empresas nacionalizadas teriam maior parcela de responsabilidade, pois além de honrar suas obrigações com seus acionistas, seu caráter estatizado lhe traria outras finalidades, que não apenas a eficiência econômica da empresa em si. Assim, não se pode esquecer que grande

¹⁰ GAZPROM – SITE OFICIAL. Disponível em: <<http://www.gazprom.com>>. Acesso em: 17/10/2010.

parte dos investimentos em obras de infraestrutura e de desenvolvimento – necessários não só para o setor dos hidrocarbonetos, mas também para muitos outros considerados estratégicos para uma nação – sempre acabam ficando a cargo dos governos e de suas empresas, uma vez que instituições financeiras privadas deixam de fazê-lo justamente devido ao seu único objetivo de alcançar a eficiência econômica.

Com a Rússia a questão não é diferente. Detentora de 26% das reservas mundiais conhecidas de gás natural e de 7% das reservas de petróleo, ela é o maior exportador de gás do mundo e o 2º exportador de petróleo – atrás apenas da Arábia Saudita. Sua política energética é fortemente orientada para as exportações (ambiente de onde provêm seus maiores lucros), de modo que, em 2005, ela vendeu ao exterior mais de 50% da sua produção de petróleo bruto, mais de 40% de seus derivados de petróleo e cerca de 30% do seu gás natural (UNECE, 2007). Seu principal braço na execução de políticas energéticas é a estatal Gazprom – discriminada na seção anterior –, a qual é a empresa-chefe na economia energética e a única com possibilidade legal de exportar tais matérias-primas. Estima-se que as reservas de petróleo e gás natural da grande estatal russa possam chegar a quase 2.300 milhões de toneladas e 21.500 bcm¹¹, respectivamente. Além disso, a empresa conta com a produção de gás condensado, o qual é um hidrocarboneto que se apresenta em estado líquido a níveis de temperatura e pressão normais ou que pode ser facilmente transformado em líquido se colocado sob uma pressão moderada. Mesmo ainda quando está sob a forma gasosa, ele geralmente é separado do gás natural antes de este ser distribuído, uma vez que tende a voltar ao estado líquido quando dentro dos gasodutos (Gazprom Annual Report 2008, 2009). As reservas deste hidrocarboneto são estimadas em mais de 700 milhões de toneladas, conforme tabela abaixo:

¹¹ Valores em bilhões de metros cúbicos, do termo em inglês billion cubic meters.

Tabela 1 – Reservas Comprovadas e Prováveis do Grupo Gazprom

	Gás Natural, em bcm	Gás Condensado, em milhões de toneladas	Petróleo, milhões de toneladas
Reservas Comprovadas	18.236,55	587, 90	1.328,69
Reservas Prováveis	3.213,41	141,86	944,39
Reservas Comprovadas + Prováveis	21.449,96	729, 76	2.273,08

Fonte: Gazprom Annual Report 2008.

Ainda que o conhecimento acerca das reservas da Gazprom seja relevante para se projetar a longevidade de tais recursos, mais importante é saber qual a real capacidade produtiva da empresa anual e sua possibilidade de satisfação da demanda existente. Nesse sentido, tem-se que, em 2008, a produção de hidrocarbonetos líquidos da Gazprom chegou a 42,9 milhões de toneladas, dos quais 31,8 milhões de toneladas foram comercializados. Dessa quantidade, pouco menos de 12 milhões de toneladas ficaram com mercado doméstico, de modo que 20 milhões de toneladas foram exportados, isto é, 63% do total comercializado. Já no que tange o mercado de gás natural, foram produzidos 549,7 bcm em 2008, como mostra a figura abaixo. Destes, 280,9 bcm foram exportados e 268,8 bcm abasteceram o mercado interno. Aqui cabe destacar a relevância dos produtores independentes, os quais complementam o fornecimento de gás natural à demanda doméstica.

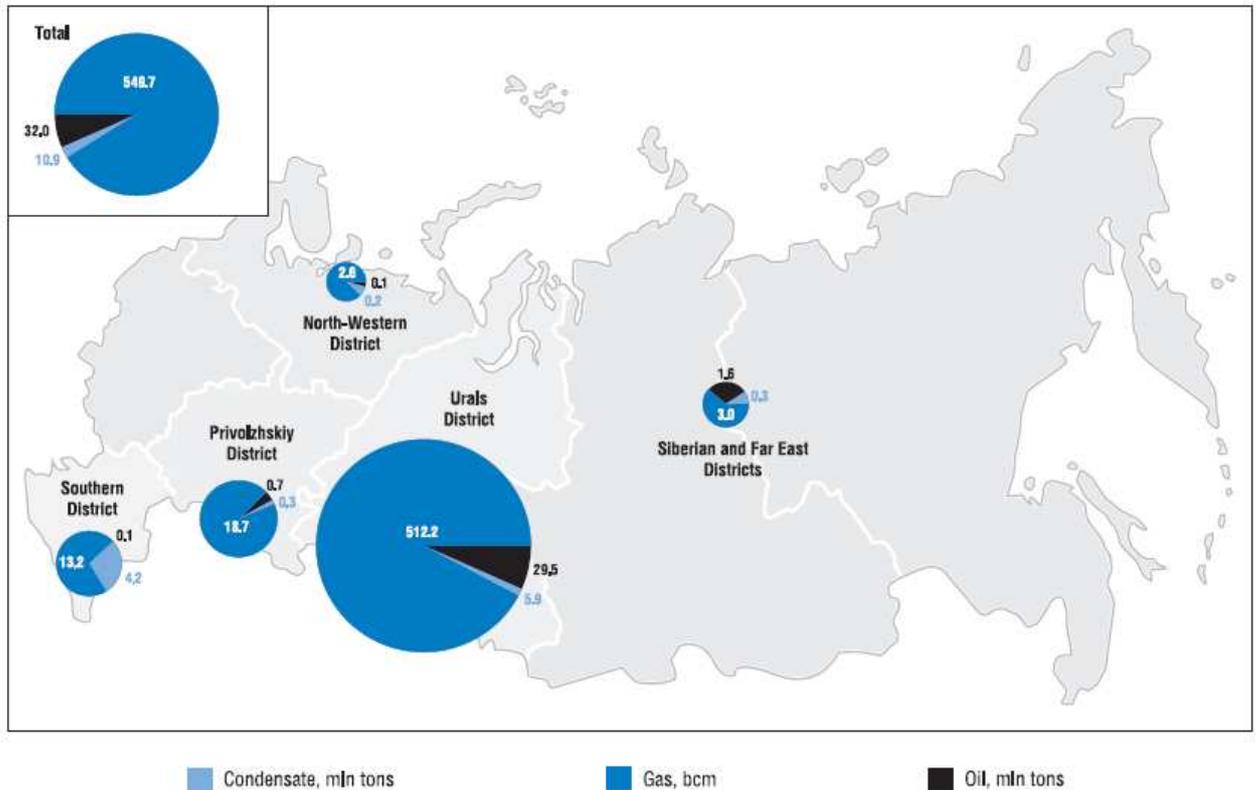


Figura 2 – Distribuição da Produção de Hidrocarbonetos na Federação Russa em 2008

Fonte: Gazprom Annual Report 2008.

3.3 Infraestrutura e a Questão dos Dutos

Um ponto muito importante e que tende a se tornar o diferencial nas relações comerciais entre os países no que tange o mercado de hidrocarbonetos nos próximos anos é a sua logística de entrega em tempo hábil e de maneira eficiente. Dado que a economia global torna-se cada vez mais competitiva e as sociedades demandam maior flexibilidade no seu fornecimento e a preços razoáveis, o deslocamento dos recursos energéticos dentro de prazos estabelecidos e seu processamento sob determinadas especificações tendem a ser grandes desafios encontrados tanto por empresas privadas, como por estatais. Um agravante a essa situação é o considerável comprimento dessas rotas de transporte, as quais possuem diversos pontos de vulnerabilidade, sofrendo riscos de danos físicos a sua infraestrutura advindos tanto de desastres naturais, quanto de roubos de equipamentos e de ações terroristas – o que abriria margem à restrição da passagem dos hidrocarbonetos parcial ou totalmente (UNECE, 2007). Nesse

sentido, a questão da infraestrutura da cadeia do gás e do petróleo, em especial a construção de novos gasodutos e oleodutos, bem como a manutenção dos já existentes, vem sendo muito debatida ultimamente na região euro-asiática.

A relevância da rede de oleodutos, e especialmente de gasodutos, reside na criação de fortes nexos entre os países produtores e consumidores, uma vez que há o estabelecimento de um vínculo físico e, conseqüentemente, uma dependência de longo prazo entre as partes. Assim, como afirma Poussenkova (2009, p.5):

a interrupção desta conexão deixa o consumidor sem energia, já que frequentemente não há alternativas disponíveis para mudar rapidamente para outras fontes [de energia] e fornecedores. Assim, os gasodutos dotam o produtor de influência sobre o consumidor.

Dessa forma, grande parte do poder exercido pela Gazprom e, por conseguinte, do governo central russo, conforme já foi mencionado anteriormente, advém da sua posse de todo o sistema de abastecimento de gás não apenas do país, mas também da região¹², o chamado Sistema de Abastecimento de Gás Unificado (UGSS)¹³. Tal sistema é composto por 155 mil km de gasodutos e suas ramificações, 268 estações de compressão – empreendimentos localizados na região de origem do gás, onde a pressão é elevada de modo a “empurrar” o gás até o local de menor pressão – e 24 instalações de armazenamento subterrâneo de gás com capacidade para 65,2 bcm (POUSSENKOVA, 2009).

Considerando que a criação do UGSS data das décadas de 1970 e 1980, cerca de 70% de sua infraestrutura possui mais de 20 anos de uso, sendo herança da URSS. Além disso, nota-se que apenas 10,8% da totalidade dos gasodutos existentes na atualidade foram construídos após os anos 2000, conforme demonstra o gráfico abaixo:

¹² Ver mapa dos gasodutos russos em anexo.

¹³ Do termo em inglês “Unified Gas Supply System”.

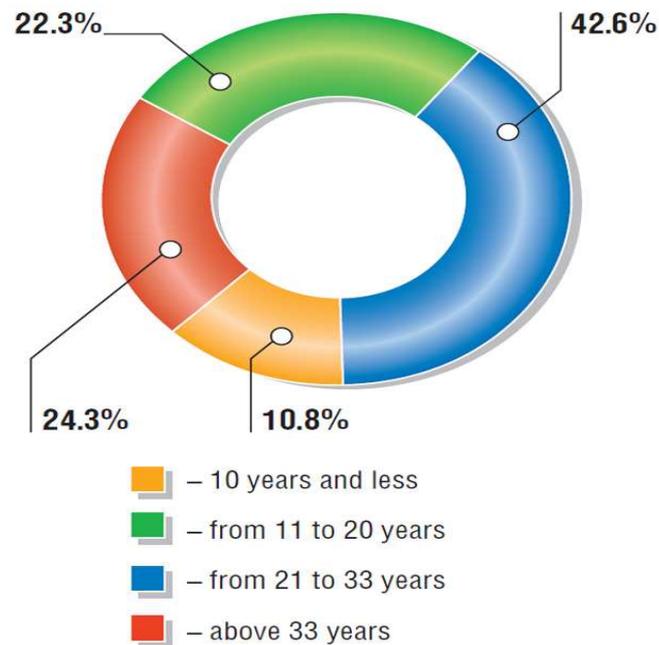


Figura 3 – Tempo de Utilização dos Gasodutos da UGSS em Porcentagem

Fonte: gazprom.com

Com base nisso, percebe-se a necessidade de constantes reparos e obras de modernização para que as linhas de transmissão do UGSS continuem em pleno funcionamento mesmo após tantos anos. Nesse sentido, a Gazprom vem implementando, desde 2007, um abrangente programa de modernização de seu sistema transmissor, o qual, só em 2008, resultou no investimento de mais de 35 milhões de rublos. Como consequência de tal programa pode-se destacar a considerável diminuição no número de panes do UGSS, o qual caiu de 32, em 2002, para apenas 18, em média, nos últimos três anos¹⁴.

O ponto nevrálgico com relação ao UGSS, no entanto, diz respeito a sua configuração espacial, uma vez que a maior parte de suas rotas que atendem os países da Europa Ocidental passa pelo território ucraniano¹⁵ e bielorrusso¹⁶. Isso ocorre porque, dado que tal sistema data do período soviético, a maior parte das linhas de transmissão existentes ainda está em conformidade com as realidades políticas, de segurança e comerciais daquela época e não atendem à necessidade

¹⁴ GAZPROM – SITE OFICIAL. Disponível em: <<http://www.gazprom.com>>. Acesso em: 17/10/2010.

¹⁵ Conforme já visto, a Ucrânia é um país da ex-URSS que está sob a esfera de influência russa, mas que tem se voltado ao Ocidente para escapar do controle econômico russo.

¹⁶ Diferentemente da Ucrânia, a Bielorrússia, com seu presidente pró-Rússia, Aleksandr Lukashenko, possui ainda fortes laços energéticos com seu vizinho, sendo o país que lhe paga os mais baixos níveis de preços sobre o gás natural (TSYNGANKOV, 2006).

dos atuais Estados independentes (KALICKI; ELKIND, 2005). Com base nisso, durante o governo Putin, percebe-se que as relações com os países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) – de maneira especial com esses dois países – passaram a ser tratadas no âmbito bilateral e econômico¹⁷, pois consciente da sistematização das rotas dos dutos que levam os hidrocarbonetos até a Europa Ocidental e da sua relevância, a Rússia passou a fortalecer sua presença econômica na região a fim de aumentar seu controle sobre suas linhas de transmissão através do apoio a governos pró-Rússia e da manutenção dos preços subsidiados do gás natural (TSYNGANKOV, 2006). Outra alternativa proposta pelo Kremlin tem sido a construção de novas redes de dutos para abastecer a Europa de modo a escapar das linhas que passar pela Ucrânia e outros países da ex-URSS. Seus principais projetos são a criação de duas novas rotas que têm como objetivo nutrir a demanda por gás natural da Europa Ocidental, quais sejam os chamados “Nord Stream” e “South Stream”. O primeiro, que busca contornar os atuais gasodutos ucranianos, foi iniciado em abril deste ano e passará sob o Mar Báltico, ligando a Rússia diretamente à Alemanha¹⁸. Já o último está em fase mais adiantada e ligará a Rússia à Bulgária através do Mar Negro e tende a ser ampliado para atender também o mercado italiano e austríaco¹⁹. Com a construção deste gasoduto, a intenção é desviar a passagem do gás do território turco.

¹⁷ Em oposição à ideia proposta por Primakov – um dos primeiros ministros do período Yeltsin, com visões mais nacionalistas – de se buscar a integração política com outras ex-Repúblicas Socialistas Soviéticas (TSYNGANKOV, 2006).

¹⁸ NORD-STREAM SITE. Disponível em: <www.nord-stream.com>. Acesso em: 17/09/2010.

¹⁹ SOUTH STREAM SITE. Disponível em: <<http://south-stream.info/?L=1>>. Acesso em: 17/09/2010.



Figura 4 – Projeto do Gasoduto “Nord-Stream”

Fonte: nord-stream.com



Figura 5 – Projeto do Gasoduto “South Stream”

Fonte: southstream.info

4 RELAÇÕES RUSSO-EUROPEIAS

Considerando a visão russa da ordem mundial, a qual seria multipolar e anárquica, as relações exteriores da Federação Russa com a UE – dois dos principais pólos de poder identificados pela própria nação russa – se dariam de uma maneira muito mais igualitária se comparada a vinte anos atrás, uma vez que o sentimento de superioridade europeia em relação à grande nação eslava já estaria superado (ALMEIDA, 2008). Dessa maneira, o principal foco das suas relações se daria no âmbito econômico, em especial quanto à questão energética, já que, por um lado, a Rússia é vista pela Europa como um parceiro-chave na consecução de sua política energética e, por outro, o Estado russo percebe suas relações econômicas como elemento essencial a sua reconstrução e fortalecimento. (UNECE, 2007).

Com base nisso, a observância da atualidade demonstra uma alteração nas relações de poder entre esses dois atores, pois se, durante a década de 1990, todos falavam da dependência russa dos créditos e investimentos do Ocidente, hoje todos falam da dependência ocidental em relação à energia da Rússia (LEONARD; POPESCU, 2007). Essa mudança nas relações entre a Rússia e o Ocidente, e de maneira especial entre a Rússia e a UE, tem sido resultado de uma série de medidas adotadas pelo Estado russo – as quais já foram abordadas anteriormente – e que trouxeram como consequência a ampliação da projeção internacional russa, bem como da sua margem de manobra tanto com seus vizinhos, quanto com os demais países. A análise dessa modificação mostra-se surpreendente, contudo, ao se perceber a superioridade europeia em quase todos os indicadores de poder, já que: a economia da UE é 15 vezes maior que a da Rússia – porque mesmo com a arrecadação advinda dos hidrocarbonetos, a nação russa apresenta Produto Interno Bruto (PIB) semelhante à soma dos produtos de Holanda e Bélgica; a população do bloco econômico europeu é 3.5 vezes o tamanho da população russa; seus gastos militares representam uma soma 7 vezes maior que o dispêndio russo; além de que a UE possui 5 assentos no Conselho de Segurança da ONU – sendo dois permanentes –, enquanto que a Rússia possui apenas o seu, também de membro permanente. (LEONARD; POPESCU, 2007). Um estudo mais detalhado do fortalecimento russo perante a UE demonstra que – ainda que a Rússia apresente uma desvantagem comparativa nesses quesitos – sua força reside na estratégia de

relacionamento com o referido grupo de países. Nesse sentido, como afirma Leonard & Popescu (2007, p. 10):

a União Europeia tende a ser mais bem sucedida quando pode reunir o poder dos seus 27 Estados membros para lidar com diversos problemas e juntos proporem um pacote complexo de acordos. No entanto, a UE tem permitido que a sua relação com a Rússia seja organizada de uma maneira que diminui seu poder potencial e aumenta o da Rússia. O relacionamento [entre esses dois atores] tornou-se focado em algumas áreas, nas quais a Rússia tem grandes e visíveis vantagens, como a energia e o poder de veto no Conselho de Segurança da ONU; e tem sido realizado principalmente através de relações bilaterais, ao invés de canais comuns.

Com isso, o que se tem observado é a capacidade russa de negociar separadamente com os Estados membros da UE, de modo que sua força fique pulverizada (TRENIN, 2007), e a possibilidade de estabelecimento de acordos mais vantajosos à Rússia seja maior – estratégia chamada por Smith (2008, p.6) de “Dividir e Conquistar”. Ademais, o foco das relações entre esses dois atores tende a ser áreas específicas, como a energia (CEU²⁰, 2009a) – âmbito melhor desenvolvido pela Rússia, já que “enquanto a segurança energética tornou-se parte da formulação de políticas nacionais russas desde a sua reconstrução do pós-Guerra Fria, o conceito ainda é vago e menos consolidado na UE” (HADFIELD, 2008, p. 233). Por fim, deve-se atentar para a natureza da UE, a qual, por se tratar da junção de inúmeros Estados nacionais – cada qual com seus objetivos específicos –, ela encontra ainda muitas dificuldades na formulação conjunta de políticas.

Outro ponto importante a ser destacado no tocante às relações russo-europeias é a questão trinomial Rússia/UE/EUA. Historicamente, desde o período da URSS, os EUA não viam com bons olhos as relações comerciais já estabelecidas entre a nação socialista e os principais países europeus, já que o lado ocidental do velho continente era constituído por países capitalistas e, portanto, considerado área de influência estadunidense. Percebida essa tendência pelos governantes soviéticos, a URSS passou a valer-se de tal situação no intuito de fomentar as discordâncias internas ao bloco capitalista (ADAMSON, 1985). Da mesma forma como no passado, o que se observa nos últimos anos é o favorecimento das relações bilaterais com esses dois pólos de poder e, conseqüentemente, das

²⁰ Conselho de União Europeia, da sigla em inglês Council of the European Union.

tentativas de deixá-los em lados opostos. Além disso, as relações da Rússia com a UE representam uma parceria estratégica para ambas as partes, já que se, de um lado, a Federação Russa serve como uma espécie de contrapeso à relevância dos EUA no que tange a questão da segurança militar e energética do continente europeu (uma vez que a estabilização econômica russa fez com que o país voltasse a se comportar como um parceiro financeiro confiável e restabelecesse uma capacidade militar mínima frente o poderio estadunidense); por outro, a Europa se mostra muito mais interessante comercialmente à Rússia que os EUA, pois nesse quesito, como afirmou Emmanuel Todd, “a Rússia pode dispensar os Estados Unidos, mas não a Europa” (2003, p.174). Em relação aos EUA, mais especificamente, Putin buscou uma maior aproximação estratégica através, principalmente, da solidariedade e apoio à guerra contra o terrorismo (TSYNGANKOV, 2006). Contudo, assim que a discussão passou a ser a legitimidade dos regimes políticos dos Estados e colocou-se em pauta a invasão do Iraque, a Rússia abandonou a proposição norte-americana e juntou-se ao coro europeu contra a invasão. Isso se deu porque, na visão russa, terrorismo não é um fenômeno ligado ao Estado, de modo que não há um imperativo para que se mudem os regimes governamentais dos países (*ibid.*). Além do mais, cabe notar que, sob a adoção desta ótica, a Rússia passou deslegitimar as críticas acerca do possível fim da democracia em seu país.

4.1 Dependência Energética Europeia

As discussões acerca da segurança energética têm crescido nos últimos anos no mundo todo dado o grande aumento na demanda pela importação de petróleo e gás natural em países desenvolvidos e, mais acentuadamente, em países em desenvolvimento – o que tem elevado consideravelmente seus preços. Além disso, essa volatilidade está ligada a inúmeros fatores internacionais, isto é, aspectos que estão fora das fronteiras dos principais países importadores – aqui exemplificados pelos europeus – e, conseqüentemente, fora do controle de seus governos nacionais. Dessa maneira, ainda que possuam considerável poder econômico e político nas negociações internacionais, os Estados da Europa, ao elaborarem suas políticas energéticas, têm se deparado com um mercado internacional onde “o

controle das reservas de energia estão mudando para lugares cada vez mais distantes da região europeia” (UNECE, 2007, p. 18). Além disso, aspectos como a concentração das fontes e reservas conhecidas de hidrocarbonetos em limitadas regiões, as tensões internacionais e ameaças de terrorismo em tais locais (o que daria margem a potenciais interrupções no seu fornecimento), a oligopolização/monopolização do setor de hidrocarbonetos dentro dos países produtores, o elevado custo de desenvolvimento de fontes alternativas de energia e a falta de investimentos suficientes ao longo das cadeias energéticas também têm contribuído para o aumento da vulnerabilidade europeia na obtenção de recursos energéticos necessários ao seu próprio desenvolvimento econômico (UNECE, 2007).

De outra sorte, pelo lado dos consumidores do velho continente, o grande problema no âmbito energético tem sido a dificuldade de ação conjunta dos países, uma vez que a multiplicidade de Estados dentro de um mesmo bloco representa uma diversidade de políticas e de objetivos. Dessa maneira, ao agir de maneira não coordenada e consensual, a Europa vê diminuída a sua influência e o seu poder de ação sobre o mercado energético, de modo que escolhas e atitudes tomadas por grandes *traders* nesse âmbito – como os EUA, China e Índia – acabam por constranger e restringir suas escolhas em termos de segurança energética. Com base nisso, e com esse tema tornando-se cada vez mais um imperativo, foi criado em 2003 o Fórum de Segurança Energética da UNECE, o qual tinha por objetivo unir a indústria energética e o setor financeiro em torno da questão energética, bem como realizar estudos sobre a diminuição dos riscos de segurança energética globais e lançar as bases para uma política energética europeia comum, de modo que os países mais fragilizados politicamente alcancem certo poder e não sofram interrupções no seu abastecimento de energia.

Tendo em vista as propriedades dos mercados do petróleo e do gás natural, pode-se perceber uma maior estabilidade advinda do primeiro frente ao último, já que ele detém uma maior gama de fornecedores e não depende tanto de infraestruturas como oleodutos para ser transportado, pois sua natureza líquida simplifica sua logística. Ainda assim, a segurança energética nesses dois âmbitos não pode ser pensada de maneira separada, pois, como explicitou Adamson (1985, p. 26):

no caso de um corte no fornecimento de gás, a Europa olharia principalmente para o petróleo para satisfazer sua demanda interruptível e, no caso de um corte prolongado no fornecimento de gás, este seria objeto de uma substituição de combustíveis.

Isso demonstra certa flexibilidade na utilização desses dois produtos energéticos explorados na Rússia e exportados para a Europa. Nesse sentido, o que o autor afirma nada mais é que, na impossibilidade de importação de um deles, o outro poderia, grosso modo, ser seu substituto em algumas situações. Esse é o caso do início das exportações de gás natural russo para a Europa na década de 1970, pois, como será visto em seguida, foi apenas com a Primeira Crise do Petróleo que se buscou a alternativa do gás russo.

O fornecimento de energia russa para a Europa remonta o período czarista. Contudo, foi apenas após o fim da Segunda Guerra Mundial – mais precisamente na década de 1960 – que grande volumes de petróleo importados da Rússia passaram a fazer parte da matriz energética europeia. Esta situação, porém, não representou uma vulnerabilidade do continente quanto a um corte no fornecimento de petróleo soviético, já que seu *market-share*, que beirava os 6%, permanecia disperso em uma grande quantidade de países fornecedores de tal matéria-prima. Outra razão é que o mercado de petróleo global, naquele tempo, estava suficientemente estruturado para impedir que a falta de um produtor afetasse de maneira drástica algum consumidor, além de que os países europeus mantinham estoques suficientes para abastecer seu país em até 90 dias de consumo. Tudo isso, aliado à relativa facilidade de transporte do petróleo, propiciava um ambiente favorável à Europa, a qual estava protegida de qualquer corte soviético (ADAMSON, 1985).

O gás natural, por sua vez, só foi importado após a Primeira Crise do Petróleo, isto é, quando os valores desse hidrocarboneto atingiram patamares mais altos e, principalmente, no momento em que sua utilização no continente europeu já havia sido amplamente disseminada após a descoberta de reservas holandesas, em meados da década de 1960. Cabe notar que o primeiro país europeu a importar gás russo foi a Alemanha em 1973, seguido pela Itália em 1974 e a França em 1976 (*ibid.*) – os três Estados ainda com maior volume de importação de gás russo da atualidade (UNECE, 2007).

No que tange a vulnerabilidade europeia do gás natural soviético há uma série de quesitos a serem considerados. Por um lado, tem-se que o outro principal

fornecedor do produto para a Europa (à exceção da Holanda) era a Argélia, país com consideráveis instabilidades no fornecimento de hidrocarbonetos – ainda que esses fossem os principais artigos da economia argelina. Ademais, um corte no fornecimento soviético atingiria de maneira imediata a economia europeia, enquanto que a economia russa, ainda que dependesse dos ganhos advindos de tal exportação, toleraria esse abalo econômico por um período maior de tempo, haja vista a estrutura socialista de seu Estado. Por outro lado, a Europa da época tinha em mãos algumas alternativas a serem adotadas em caso de uma restrição energética, tais como a existência de contratos interruptíveis, através dos quais alguns industriais aceitavam uma cláusula de suspensão na entrega de gás (se necessário) em troca de menores preços; a adoção de reservas; a possibilidade de aumentar a importação desse recurso de fontes como a Holanda; além da exploração de pequenas reservas internas dos países, como, por exemplo, a região de Lacq na França.

Após a dissolução da URSS, o que se verificou foi uma ampliação da internacionalização do gás russo com vistas à Europa, dada a sua maior aproximação política com o velho continente – ocidentalismo de Yeltsin (TSYNGANKOV, 2006). Nesse período, entretanto, a Rússia entrou em uma zona nebulosa, na qual práticas capitalistas eram adotadas em uma economia estruturada ainda sobre bases socialistas. Com isso, verificou-se uma queda de cerca de 10% da produção de gás natural do país, resultado do esgotamento de alguns campos maturados, além da falta de perícia tecnológica e dos investimentos insuficientes na área energética (GOLDTHAU, 2007). O setor de gás natural da Federação Russa só passou a dar sinais de recuperação a partir de 1998, quando Boris Yeltsin introduziu uma legislação mais flexível que permitia a propriedade de 100% das empresas russas por parte de investidores estrangeiros, pois a lei anterior previa no máximo 15% de propriedade externa para empresas domésticas (JANE'S, 2009). Ademais, novas formas de comércio, além de novas parcerias russo-europeias foram traçadas. Assim, o setor de energia da Rússia, no início da década de 1990, foi marcado pelo estabelecimento e *joint-ventures* entre a Gazprom e empresas nacionais da Europa (MITROVA, 2008) através das quais a grande estatal russa expandiu sua presença naquele mercado de gás. A principal dessas associações foi a união da Gazprom com a alemã Wintershall, que gerou a empresa dutoviária

Wingas e a empresa de gás Wieh e que proporcionou a gradual penetração da Gazprom em outros mercados europeus.

A partir dos anos 2000, a forte elevação na demanda global por *commodities* energéticas, associada ao aumento nos seus níveis de preços, possibilitou não apenas a reestruturação econômica necessária à Rússia após a crise de 1998, mas também significou a deterioração do poder europeu frente ao país produtor, já que agora a Europa teria que pagar mais pelos hidrocarbonetos, além de sofrer maior concorrência de outros Estados na disputa por material energético. Nesse cenário, percebe-se que a dependência europeia quanto ao gás russo está baseada na existência de quatro grupos distintos, dos quais três dependem consideravelmente desse bem. (GOLDTHAU, 2007). Os dois primeiros tratam-se dos “Antigos” e “Novos” membros da UE. Assim, considerado esses dois grupos, tem-se que, de um lado, os “Antigos” membros da UE são aqueles que importam de zero a 50% de seu gás natural da Rússia – sendo o caso mais crítico o da Alemanha, cujo índice de importação do país russo chegou a 46% em 2004. De outro lado, contudo, os chamados “Novos” membros da UE – como os países bálticos, a Polônia e a República Tcheca – importam quase que a totalidade do seu gás apenas da Rússia, havendo alguns Estados com índice que chega a 100% (*ibid.*).

Analisando de outra perspectiva, observa-se que, ainda que em porcentagem, os números dos novos países sejam muito superiores aos dos antigos, em valores absolutos, países como Alemanha importam quantidades muito superiores de gás da Rússia. Ou seja, enquanto que o país germânico importou 38 bcm de gás russo em 2008, os países bálticos importaram conjuntamente 4,1 bcm nesse mesmo ano (Gazprom Annual Report 2008, 2009). Ademais, deve-se ter em mente que o preço pago pelos “Antigos” membros é superior ao cobrado do grupo dos “Novos”. Esses dois elementos – maiores volumes importados e maior preço – abrem espaço para a construção de novos gasodutos que atendam os grandes importadores de gás europeus, como o projeto “Nord-Stream” para a Alemanha, em detrimento de um que atenda os “Novos” membros da UE, os quais, por importarem pouca quantidade e pagarem menores preços por esse bem, não se apresentam como parceiros tão lucrativos à nação russa (*ibid.*). Com base nisso, depreende-se a seguinte conclusão: os “Novos” membros da UE, os quais tendem a ser os mais fragilizados economicamente, temem tornarem-se um objeto da boa vontade russa no que tange a entrega de hidrocarbonetos, de modo que sua principal alternativa para

contrabalançar esta possível estratégia seria a elaboração de uma política energética comum para a Europa para, assim, terem maior poder de barganha.

O terceiro grupo seria formado por países da CEI, isto é, países como Ucrânia, Belarus, Geórgia e Moldávia, que importam montantes significantes de gás russo tanto devido à sua histórica dependência do caminho (historical path dependency), quanto ao regime de preços preferenciais que eles recebem (GOLDTHAU, 2007). A histórica dependência do caminho desses países e a sua forte ligação com a Rússia remontam o desmantelamento da antiga URSS, uma vez que todos estes eram Repúblicas Socialista Soviéticas. Além disso, a política do preço subsidiado é uma prática presente nas suas relações há mais de 15 anos, de modo que, atualmente, tem-se buscado estabelecer um aumento gradual dos preços praticados com aqueles Estados para que seus valores, ainda que não alcancem o mesmo patamar dos custos pagos pela Europa Ocidental, apresentem-se como rentáveis²¹. Outro agravante ainda é o elevado consumo *per capita* de gás nesses países, que se mostra muito superior aos níveis da UE, demonstrando sua baixa eficiência na utilização desse hidrocarboneto (POUSSENKOVA, 2009). Desse modo, observa-se que, além de historicamente pagarem preços reduzidos pelo gás utilizado, os países da CEI consomem uma quantidade superior à indicada a sua necessidade, reduzindo ainda mais a lucratividade russa com essa comercialização.

Por fim, o último grupo consumidor de gás na Europa diz respeito aos Estados que atualmente exportam gás, como Reino Unido, Holanda e Noruega. Tais países, ainda que possuam redes próprias de abastecimento, estão vendo suas fontes declinarem consideravelmente, o que propõe a ideia de que, em poucos anos, estes se tornarão países importadores de gás – e muito possivelmente da Federação Rússia (GOLDTHAU, 2007).

Isto posto, vislumbra-se um aumento significativo da demanda de gás natural por parte de todos os quatro grupos supracitados, nos próximos anos. Com isso, há uma tendência ao aumento da dependência das importações originárias da Rússia, bem como à maior fragilização da questão da segurança energética europeia como um todo (*ibid.*).

²¹ Como já foi visto, essa política de aumento dos preços tem sido um dos fatores das constantes disputas e desentendimentos da Rússia com alguns de seus vizinhos próximos, uma vez que estes receiam aumentar sua dependência econômica frente o país russo. De outra sorte, o governo russo acusa tais Estados de roubar seu gás, desviando-o de suas rotas, haja vista que considerável parte dos gasodutos russos que abastece a Europa Ocidental passa por eles.

A grande questão a ser observada, contudo, é se esta considerável dependência do gás natural russo e, conseqüentemente, do seu petróleo (pois, como já foi abordado, não se pode separar esses dois níveis), traduz-se também em vulnerabilidade energética. Isso decorre da diferenciação desses dois conceitos, uma vez que a dependência energética diz respeito às quantidades de recursos que são importados por um país, enquanto que a vulnerabilidade refere-se aos possíveis danos que este sofrerá caso ocorra uma interrupção no seu abastecimento e à probabilidade de o corte se efetivar (ADAMSON, 1985). Dessa forma, as tabelas abaixo demonstram não apenas as quantidades de matérias-primas energéticas importadas pelos países europeus, mas também a participação dessas importações no total de energia consumida e no total de energia importada:

Tabela 2 – Dependência e Vulnerabilidade Europeia por País – Petróleo

País	Fornecimento de Petróleo da Rússia (em mil toneladas)	Participação do Petróleo Russo no Consumo Nacional de Petróleo (em porcentagem)	Participação do Petróleo Russo no Total das Importações de Petróleo (em porcentagem)
Letônia	1.866	100	100
Lituânia	8.661	100	100
Eslováquia	5.551	98,8	99,2
Polônia	17.181	98,3	99,4
Ucrânia	19.091	90,6	100
Hungria	5.273	79,7	100
Finlândia	7.692	69,9	70,4
República Tcheca	4.452	67,7	69,4
Bulgária	2.411	46,1	46,2
Romênia	3.997	29,8	62,8
Alemanha	26.395	24,2	24,8
Áustria	2.149	24,1	29,3
Itália	20.907	23,5	24,9
Holanda	10.864	21,5	22,4
Suécia	4.030	19,5	19,5
Grécia	1.387	7	7
França	5.531	6,4	6,5
Espanha	3.145	5,5	5,5
Reino Unido	3.330	4,3	23,8
Portugal	380	3	3
Bélgica	751	2,1	2,1

Fonte: UNECE, 2007. Dados de 2003.

Tabela 3 – Dependência e Vulnerabilidade Europeia por País – Gás Natural

País	Fornecimento de Gás da Rússia (em bilhões de metros cúbicos)	Participação do Gás Russo no Consumo Agregado de Gás (em porcentagem)	Participação do Gás Russo no Total das Importações de Gás (em porcentagem)
Estônia	0,9	100	100
Bulgária	3,1	99,6	100
Finlândia	4,3	99,2	100
Letônia	1,5	93,8	93,8
Lituânia	2,9	93,2	93,5
Grécia	2,2	90	80
Eslováquia	5,8	85,6	79,5
República Tcheca	6,8	76,5	69,4
Hungria	9,3	71,5	84,9
Áustria	6,0	63,5	76,9
Bielorrússia	10,2	55,3	51,5
Ucrânia	34,3	48,5	50,4
Polônia	6,3	47,6	69,2
Alemanha	37,3	43,4	40,6
França	13,3	29,8	29,8
Itália	21,6	29,5	35,2
Romênia	4,1	21,8	69,5
Holanda	2,7	6,2	19,9
Bélgica	0,2	1,2	1

Fonte: UNECE, 2007. Dados de 2003.

Com base nas tabelas acima, depreende-se que os “Antigos” membros da UE, como Alemanha, Itália e França, são os mais dependentes do gás natural e do petróleo russos, uma vez que os montantes importados por esses países apresentam-se consideravelmente acima dos demais, sendo um reflexo do tamanho das suas economias. Por outro lado, sua vulnerabilidade energética é intermediária, haja vista que o percentual das importações oriundas da Federação Russa representa cerca de 25% no caso do petróleo²² e de 30 a 40% no gás natural.

Enquanto isso, os “Novos” membros do bloco, ainda que apresentem baixa dependência dos recursos energéticos da Rússia, possuem grande vulnerabilidade, pois a maior parte deles tem origem russa. Nesse sentido, cabe destacar a fragilidade das Repúblicas Bálticas, já que a Letônia e a Lituânia recebem 100% do

²² Destaque para a França, que possui baixa vulnerabilidade energética quanto ao petróleo, pois apenas 6,5% desse material advem da Rússia.

seu petróleo utilizado da Federação Russa; e o mesmo acontece na Estônia quanto ao gás natural.

Assim, considerando a grande dependência/vulnerabilidade europeia em relação ao gás natural e ao petróleo russos demonstrada pelas tabelas acima – seja devido aos grandes volumes importados, seja pelo fato de se ter a Rússia como único fornecedor desses recursos energéticos –, o que se tem verificado nos últimos anos na Europa é a busca (ainda incipiente) de políticas comuns que visem o fortalecimento dos países europeus frente aos países produtores. Nesse sentido, percebe-se que o foco das atenções europeias tem-se voltado para uma série de medidas que vêm sendo estudadas no intuito de pulverizar o risco e, por conseguinte, diminuir a sua vulnerabilidade energética (CEU, 2009b), tais como: a diversificação de fontes e rotas de importação de energia, como as negociações sobre a realização de um corredor energético que ligue o continente europeu diretamente a países da Ásia Central; a criação e a manutenção de estoques estratégicos; o aumento da utilização de fontes domésticas – ainda que estas estejam em declínio; o aprimoramento do uso eficiente da energia, pois, para os europeus, “a melhor energia é aquela que é economizada e não consumida” (UNECE, 2007, p. 2); fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de novas fontes de energia (energias renováveis); favorecer a pacificação das regiões produtoras, a fim de estabilizá-las; promover a segurança da infraestrutura energética; e fortalecer a cooperação internacional com o objetivo de promover a ação conjunta de governos de países produtores e consumidores, buscando estabelecer um marco legal, um ambiente energético regulado (com países produtores pacificados e estáveis politicamente), um sistema de taxaço que gere um processo de comercialização de hidrocarbonetos mais transparente, além de uma parceria público-privada necessária ao desenvolvimento e à securitização das fontes energéticas.

4.2 A Influência da Política Energética Russa na sua Política Externa

Diversos estudiosos das questões energéticas enfatizam o uso estratégico e geopolítico dos recursos energéticos russos na sua política externa. Dessa forma, é como se o Kremlin se valesse da condição de país exportador de matérias-primas energéticas e das abundantes reservas que possui – além da grande dependência

dos países consumidores – para utilizá-los como uma ferramenta política na consecução de suas estratégias políticas globais. Desse modo, as iniciativas europeias de buscar novas fontes e rotas de importação de hidrocarbonetos, bem como o desenvolvimento de energias alternativas teriam como objetivo primordial diminuir sua dependência e sua vulnerabilidade energéticas, garantido não apenas a sua autonomia econômica, mas também de política internacional. Este plano de ação seria uma consequência de duas percepções europeias acerca da sua realidade energética: “o continente está dependente da energia russa, principalmente do gás; e Moscou não hesita em usar a energia como ferramenta política, pois nada como a dependência energética simboliza tão bem a alteração no equilíbrio de poder entre a Rússia e a União Europeia [nos últimos anos]” (ALMEIDA, 2008, p. 20).

De outra maneira, há autores – para fins de exemplo, utilizar-se-á, nesta monografia, Goldthau – que acreditam não haver relação entre o aumento da dependência energética europeia e o uso geopolítico estratégico dos hidrocarbonetos russos por parte de seu governo. Nesse sentido, sua principal argumentação baseia-se na questão da interdependência dos dois atores, pois se, por um lado, o consumo e a necessidade de importação de recursos energéticos por parte da Europa têm aumentado nos últimos anos – e estima-se que esta continue sendo uma tendência para o futuro –, de outro, tem-se o peso das receitas advindas das exportações europeias no orçamento russo (GOLDTHAU, 2007). Além do mais, deve-se atentar para a real capacidade da Rússia de atender essa significativa elevação da demanda, a qual possui tanto um caráter externo (pressionada pela Europa), quanto um interno – da demanda doméstica.

Assim, a problemática em torno do desafio da Rússia em garantir o fornecimento adequado de gás natural tem como um de seus elementos-chave a questão do incremento da demanda interna russa por esse bem. A obrigação da Gazprom em satisfazer as necessidades internas em detrimento das exportações – ainda que estas sejam visivelmente mais lucrativas que aquelas, dado o forte caráter subsidiado do gás no mercado interno²³ – apresenta-se como uma restrição à venda para a UE advinda da natureza estatal dessa companhia. Estima-se que a demanda nacional russa deva elevar-se cerca de 1,3% a cada ano até 2020, o que

²³ Em, 2006, o preço doméstico do gás russo era apenas 17% do valor praticado na Europa Ocidental – e 29% se as taxas de trânsito forem consideradas (GOLDTHAU, 2007).

representaria um aumento de 499 bcm em 2010 para 512 bcm em 2020 no cenário otimista; e de 439 bcm para 464 bcm no cenário mais pessimista (*ibid.*). Essa grande utilização do gás na economia doméstica se deveria a alguns fatores como a matriz energética do país, cuja participação desse produto corresponde a mais de 50%, a sua considerável população e a ineficiência do uso energético *per capita*, que chega a ser 3.2 vezes maior que na Europa (OLIKER, 2009). Além disso, na outra ponta do comércio de gás, isto é, no mercado europeu, estima-se que, só neste ano de 2010, a Rússia exporte para o continente por volta de 180 bcm e que este valor alcance a marca de 215 bcm nos próximos 5 anos (GOLDTHAU, 2007).

Se pelo lado do consumo a tendência é de aumento – ainda que o uso eficiente dos recursos seja uma alternativa a ser buscada no mercado interno e nos países do leste europeu –, pela ótica da produção a questão adquire uma dimensão um pouco mais complexa na medida em que uma série de quesitos é envolvida. Inicialmente, tem-se o fato de que as empresas privadas são excluídas do processo de exportação de gás russo, restando-lhes apenas o mercado interno para atuar. O setor doméstico de gás natural, entretanto, conforme já foi explicitado anteriormente, não é o ambiente mais lucrativo, já que o principal montante de recursos advém das vendas para a Europa ocidental. Conseqüentemente, tais organizações não se sentem devidamente incentivadas para investir em inovação e no fomento ao aumento da sua produção.

Os investimentos, por sua vez, representam o segundo ponto a ser estudado no que tange o aumento da produção de gás na Rússia. Dessa forma, para poder manter – e especialmente aumentar – os níveis produtivos de gás são necessários investimentos em grande escala. Os principais campos de extração de gás em atividade na Rússia atualmente – Medvezhye, Urengoykoye e Yamburgskoye – já contam com menos de 50% de sua potencialidade, de modo que sua capacidade produtiva está em vias de declinar, gerando a necessidade de desenvolvimento de novos campos. Assim, desde 2001, inversões no sentido de encontrar e explorar novas fontes tem garantido a manutenção de níveis suficientes à satisfação da demanda atual (Gazprom Annual Report 2008, 2009). As incertezas, contudo, se dão à medida que os poços encontrados situam-se cada vez mais distantes, os quais acabam por demandam maiores somas de recursos financeiros e novas tecnologias (MITROVA, 2008), seja para construção de novos dutos que interliguem o novo campo com a rede já existente, seja para viabilizar sua exploração. Um caso

típico é o que ocorre com os campos do extremo norte da Rússia, onde dificuldades geológicas e climáticas apresentam-se como agravadores no processo de exploração do gás (GOLDTHAU, 2007). Assim, tem-se que a possível falta de investimentos na parte inicial da cadeia produtiva de gás russa (a de pesquisa, extração e produção de gás) tornaria a Gazprom incapaz de abastecer e atender os grandes aumentos na demanda, tanto na interna, quanto na europeia (*ibid.*).

Assim, tendo em vista a estratégia da Gazprom em alçar níveis de produção de gás natural na marca de 650-670 bcm em 2020 (Gazprom Annual Report 2008, 2009), percebem-se dois possíveis cenários: no pessimista (demanda interna de 464 bcm em 2020), sobraria de 186 a 206 bcm para serem exportados; já no otimista (demanda interna de 512 bcm em 2020), restaria apenas de 138 a 158 bcm para ser vendido a outros países. Dado que as estimativas prevêem um aumento na demanda europeia na ordem de 20% de 2010 a 2015, mantendo-se esse nível, a demanda por gás natural na Europa chegaria a 258 bcm em 2020, restando à Rússia duas possibilidades: ou estimular a geração de gás natural através dos produtores independentes para que estes satisfaçam a demanda interna, deixando-a livre para exportar seus recursos; ou ela teria de cercear o abastecimento externo com vistas a atender o mercado doméstico.

Com base no exposto, haveria uma impossibilidade russa de se utilizar dos seus recursos energéticos como uma ferramenta na geopolítica euro-asiática e global. Isso se deveria a dois fatores fundamentais. Em primeiro lugar, para exercer certa ameaça ao continente europeu, a Rússia teria que contar com quantidades suficientes de gás, os quais pudessem ser restringidos quando politicamente desejado. Ainda assim, qualquer corte no fornecimento de gás à Europa resultaria em uma dolorosa perda de arrecadação tanto para a Gazprom, quanto para o governo russo (GOLDTHAU, 2007). Em segundo lugar, a real ameaça à segurança energética europeia em relação ao gás natural e a perspectiva de interrupções da sua entrega deve-se a possíveis instabilidades no setor produtivo russo, as quais seriam originárias mais da falta de investimentos em níveis suficientes do que de seu uso como “ferramenta estratégica”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que não se possa afirmar que a Rússia se utiliza da abundância de seus hidrocarbonetos como uma ferramenta estratégica na geopolítica internacional europeia propriamente dita (GOLDTHAU, 2007), estes foram elementos essenciais à reconstrução e, principalmente, ao fortalecimento no novo Estado russo. Em grande medida, foi através desses recursos – em especial os advindos da Europa Ocidental, que paga os maiores valores pelo gás – que o governo passou a estimular sua economia, criando, inclusive, mecanismos que consolidem essa posição no longo prazo, como o fundo de estabilização econômica – formado apenas com recursos dos hidrocarbonetos (OLIKER, 2009). Como consequência, a prosperidade econômica, juntamente com o ressurgimento do orgulho nacional, passou a fortalecer e legitimar o poder do governo de Putin e de seu sucessor Medvedev – tantas vezes criticado como autoritário por estudiosos ocidentais, como João Marques de Almeida, o qual caracteriza o governo russo dos últimos dez anos como uma democracia soberana com vistas a uma transição para uma autocracia, já que:

assistiu-se, gradualmente, à centralização da autoridade do poder central; ao enfraquecimento do sistema multipartidário; à supressão da liberdade de imprensa e ao fim de uma comunicação social independente com força; a ataques a organizações não governamentais liberais e conotadas como o ‘Ocidente’; e a uma alteração da composição das elites políticas russas, com um crescente envolvimento de elementos das forças de segurança. (ALMEIDA, 2008, p. 20)

Além do mais, tem-se que a atual fonte dominante de poder internacional não é mais militar, mas sim de natureza econômica (LO, 2006). Desse modo, como afirma Tsyngankov (2006, p. 131), “a Rússia teve que aprender a defender seus interesses nacionais através de meios econômicos”, o que corrobora a hipótese de que, de alguma forma, o Estado russo se utiliza dos hidrocarbonetos – fonte de mais da metade do orçamento advindo das exportações do país – com vistas à consecução de objetivos políticos. E foi com base nesse intuito que, desde o início de seu governo, Putin já acenava para medidas de nacionalização do setor energético, o qual já era encarado como estratégico desde a sua tese de doutorado.

De outra sorte, entre os países da CEI, a utilização do gás e do petróleo russo como ferramentas de preponderância regional sobre seus vizinhos é notável, uma

vez que estes são vistos pela Rússia como sua área natural de influência. Assim, o caso do corte de gás natural para a Ucrânia ocorrido em 2006 revela-se como uma assertiva russa em aumentar os preços do gás após 15 anos de subsídios, uma vez que “a Rússia estava tentando forçar a Ucrânia a aceitar o aumento de preço do gás como forma de punição política por ‘mover-se em direção ao Oeste’ após a Revolução Laranja” (MITROVA, 2008, p. 4). Em contrapartida, o corte no abastecimento europeu foi apenas um reflexo dessa política anti-ucraniana, isto é, foi na tentativa de punir aquele país, cortando sua transmissão de gás, que a Europa sofreu restrições ao seu abastecimento normal, já que a maior parte do sistema de gasodutos que nutrem o velho continente passa pelo território ucraniano (STERN, 2006). Ademais, ainda no que tange a geopolítica regional da Rússia, percebe-se que, da mesma forma que o país russo busca tratar seus assuntos econômicos bilateralmente com os países da Europa, a fim de dividi-los, e se utiliza de focos de tensão entre os dois principais atores ocidentais das Relações Internacionais modernas – UE e EUA – para afastá-los e enfraquecê-los (como o caso da invasão do Iraque), estes se valem das contendas abertas na fronteira oeste da Rússia com os seus vizinhos, especialmente a Ucrânia e a Geórgia, para adentrar mais profundamente na região, contrabalançando o poder de Moscou em sua própria área de influência.

Por fim, nota-se que por mais que não exista uma ameaça russa de utilização do gás natural e do petróleo como ferramenta política, a Europa está consideravelmente dependente das importações de recursos energéticos russos, possuindo, até mesmo, alguns países altamente vulneráveis, uma vez que estes são Estados menores, com economias mais frágeis e que importam a totalidade de seus recursos energéticos da Rússia – como as três nações bálticas. Dessa forma, é preciso que se criem, no âmbito europeu, políticas conjuntas que fortaleçam esses países mais fracos perante a Federação Russa. Além do mais, no aspecto global, percebe-se a necessidade de se estabelecer um novo organismo, onde todos os países possuiriam certa representatividade e no qual fossem debatidos meios de se alcançar maior interação e outras soluções para as questões energéticas, de modo a favorecer a estabilidade desse mercado. Tal organização, que também teria como objetivo o estímulo ao desenvolvimento dos países exportadores, de forma que não prejudicasse e ameaçasse o crescimento dos consumidores, deveria permanecer sob os auspícios da ONU, uma vez a Agência Internacional de Energia (AIE) –

principal órgão internacional da área energética – sofre duras críticas por contar quase que apenas com países desenvolvidos em sua estrutura, tendo diminuída a sua legitimidade frente a países terceiromundistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Gabriel Pessin. A Economização da Política Externa Russa. In: *I Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política*. Belo Horizonte, 2009.

_____. *As relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus e o papel que nelas exercem os recursos energéticos*. 273 fls. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ADAMSON, David, M. Soviet Gás and European Security. In: *Energy Police*. Arlington, vol. 13, fevereiro/1985, p. 13-26.

ALMEIDA, João Marques de. A União Europeia e a Rússia após a crise da Geórgia: o fim do paradigma do “pós-Guerra Fria”. In: *Relações Internacionais*. n. 20, dezembro/2008. p.17-29. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n20/n20a02.pdf>> Acesso em: 17/06/2010.

_____. O Problema Russo. In: *Diário Económico*. Fevereiro/2007. Disponível em: <<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=238>>. Acesso em: 17/06/2010.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. *Annual Report from the Council to the European Parliament on the Main Aspects and Basic Choices of the CFSP – 2008*. Bruxelas: DGF Communication/Publications, 2009.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. *European Security Strategy: a secure Europe in a better world*. Bruxelas: DGF Communication/Publications, 2009.

FEDOROV, Yury. Medvedev’s Initiative: a trap for Europe?. In: *Association or International Questions*. Praga, 2009. Disponível em: <<http://www.amo.cz/publications/medvedevs-initiative-atrap-for-europe.html?lang=en>>. Acesso em: 09/09/2010.

GAZPROM, *Gazprom Annual Report 2008*. Moscou, maio/2009. Disponível em: <www.gazprom.com/f/posts/91/388785/ar_eng_2008.pdf>. Acesso em: 09/09/2010.

GOLDTHAU, Andreas. Rhetoric versus reality: Russian threats to European energy supply. In: *Energy Policy*. Arlington, vol. 36, 2008. p. 686-692.

HADFIELD, Amelia. EU-Russia energy relations: aggregation and aggravation. In: *Journal os Contemporary European Studies*. Canterbury, vol. 16, n. 2, 2008. p. 231-248.

JANE'S, *Russia: country profile* 2009.

KALINCKI, Jan H.; ELKIND, Jonathan. Eurasian Transportation Futures. In: KALICKI, Jan H.; GOLDWYN, David L.. *Energy and Security: toward a new foreign policy strategy*. Washington: Woodrow Wilson Center Press, 2005. p. 149-174.

LARSSON, Robert L. *Russia's energy policy: security dimensions and Russia's reliability as energy supplier*. Swedish Defence Research Agency, 2006.

LEONARD, Mark; POPESCU, Nicu. A Power Audit of EU-Russia Relations. In: *European Council on Foreign Relations*. London: ECFR, 2007.

LO, Bobo. *Evolution or Regression? Russian Foreign Policy in Putin's Second Term*. London: Chatham House Papers, 2006.

_____. *Vladimir Putin and the Evolution of Russia Foreign Policy*. London: Chatham House Papers, 2003.

MANKOFF, Jeffrey. Russia and the West: taking the longer view. In: *The Washington Quarterly*. Washington, vol. 30, issue 2, spring/2007. p. 123-135.

MEDVEDEV, Dmitri. *Go Russia!* Moscou: President of Russia Official Web Portal, 2009. Disponível em:

<http://eng.kremlin.ru/speeches/2009/09/10/1534_type104017_221527.shtml>

Acesso em: 15/05/2010.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como Fonte de Conflito: Ucrânia e Rússia no Pós-URSS. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 28, nº1, janeiro-junho/2006.

MITROVA, Tatiana. "Gazprom's Perspective on International Markets". In: *Russian Analytical Digest*. Moscow, n. 41, maio/2008. p.2-7.

MUNIZ, Eloá. Publicidade e propaganda – origens históricas. In: *Caderno Universitário*. Canoas: Editora Ulbra, nº 148, 2004. Disponível em: <<http://www.eloamuniz.com.br/arquivos/1188171156.pdf>>. Acesso em: 19/06/2010.

OLIKER, Olga; CRANE, Keith; SCHWARZ, Lowell; YUSUPOV, Catherine. *Russian Foreign Policy: Sources and Implications*. Santa Monica: RAND Corporation, 2009.

ORTEGA, Felipe Afonso. *Cores na Mudança? As Revoluções Coloridas e seus Reflexos em Política Externa*. 139 fls. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais UNESP/UNICAMP/PUC) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

PARLAMENTO EUROPEU. Conclusões da Cúpula UE-Rússia. In: *Textos Aprovados*. Estrasburgo, junho/2007.

POUSSENKOVA, Nina. "Gazprom and Russia's Great Eastern Pipe-Dreams". In: *Russian Analytical Digest*. Moscow, n. 58, abril/2009. p.5-11.

PUTIN, Vladimir. Mineral Resources in the Strategy for Development of the Russian Economy. *Problems of Post Communism*. Washington, v. 53, nº1, jan-feb, 2006. p. 48-54

REIS, Daniel Aarão. Rússia – política e estratégia. In: *II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (Rio de Janeiro, 2007): O Brasil no mundo*

que vem aí. *Seminário: Rússia*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 49-77

ROBSPIERRE, Marina. Disputa no Fornecimento de Gás entre Rússia e Ucrânia. In: *Conjuntura Internacional*. Belo Horizonte: PUC Minas, ano 5, nº 6, março 2008.

Rússia conde à perpétua terrorista sobrevivente de Beslan. In: *Folha Online*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u96310.shtml>>. Acesso em 15/05/2010.

Rússia investe R\$7 milhões para celebrar 65 anos de vitória sobre nazistas. In: *Folha Online*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u729887.shtml>>. Acesso em: 15/05/2010.

SAUNDERS, Paul J. *Russian energy and european security: a transatlantic dialogue*. The Nixon Center, 2008.

SEGRILLO, Angelo. “As transformações URSS/Rússia: reforma ou revolução?”. In: *Brasil-Rússia: fortalecimento de uma parceria*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005, p.313-332

_____. *O fim da URSS e a nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yeltsin*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SMITH, Keith C. *Russia and European Energy Security – Divide and Dominate*. Washington: Centro de Estudos Internacionais e Estratégicos, outubro/2008. Disponível em: <http://csis.org/files/media/csis/pubs/081024_smith_russiaeuroenergy_web.pdf>. Acesso em: 27/08/2010.

STERN, Jonathan. *The Russian-Ukrainian gas crisis of January 2006*. London: Oxford University Press, 2006.

TODD, Emmanuel. *Depois do Império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2003.

TRENIN, Dmitri. Russia Redefines Itself and its Relations with the West. In: *The Washington Quarterly*. Washington, vol. 30, issue 2 , spring/2007. p. 95-105.

TSYGANKOV, Andrei P. *Pathways after empire: national identity and foreign economic policy in the post soviet world*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2001.

_____. *Russia's foreign policy: change and continuity in national identity*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE (UNECE). Emerging Global Energy Security Risks. In: *ECE Energy Series*, nº 36. Geneva: United Nations Publications, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

_____. *As Relações Internacionais da África e da Ásia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ZHEBIT, Alexander (org.). *Brasil-Rússia: história, política, cultura*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

_____. Repensar a Rússia: uma proposta sobre o reposicionamento da Rússia nas relações internacionais. In: *Neohegemonia americana ou multipolaridade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 139-172.

SITES CONSULTADOS:

GAZPROM – SITE OFICIAL. Disponível em: <<http://www.gazprom.com>> Acesso em: 15/05/2010.

NORD-STREAM SITE. Disponível em: <www.nord-stream.com>. Acesso em: 17/09/2010.

SOUTH STREAM SITE. Disponível em: <<http://south-stream.info/?L=1>>. Acesso em: 17/09/2010.

UNIÃO EUROPEIA – SITE OFICIAL. Disponível em: <http://europa.eu/index_pt.htm>. Acesso em: 12/08/2010.

ANEXO – Rede de Gasodutos da Rússia

